



POR UM PORTUGAL NOVO

O GRANDE ÊXITO DA FESTA DO «AVANTE!» SUBLINHADO PELA COMISSÃO POLÍTICA

A Festa do «Avante!», realizada pela 2.ª vez nos passados dias 9, 10 e 11 de Setembro, constituiu um grande êxito político, uma inesquecível jornada de confraternização popular e de solidariedade internacionalista, uma manifestação artística e cultural sem paralelo no nosso País — sublinha a Comissão Política do PCP, em comunicado dedicado à grande iniciativa. O comunicado afirma ainda:

A Festa do «Avante!» constituiu uma expressão da natureza de classe, dos objectivos, do estilo de trabalho e da política do PCP. Constituiu igualmente uma manifestação do apoio de massas às iniciativas e propostas políticas do PCP, do único grande Partido que, no momento actual, permanece inteiramente fiel às conquistas de Abril e à causa dos trabalhadores e do socialismo.

Pág. 3

Editorial

O GOVERNO PS INSISTE E AGRAVA UMA POLÍTICA QUE NÃO SERVE O PAÍS

A política de recuperação capitalista, agrária e latifundista do Governo PS, as cedências às forças da direita e do imperialismo por parte do Governo continuam a agravar a situação do País.

O comunicado surgido após a reunião de fim-de-semana dos dirigentes socialistas nada mais faz para além de confirmar os objectivos que — contra o Programa que apresentou aos eleitores, contra os compromissos assumidos face aos trabalhadores, contra a própria

(continua na pág. 2)

«Promoção das conquistas de Abril» — uma campanha em marcha

LEITORES ESCRIVEM AO «AVANTE!» SOBRE AS RAZÕES QUE OS LEVARAM A ADERIR AO PARTIDO COMUNISTA

Correspondendo ao apelo lançado pelo «Avante!», começaram a chegar ao nosso jornal os primeiros testemunhos vivos acerca do andamento da grande campanha em curso de adesões ao PCP. Esperamos mais. A campanha será um êxito. Até ao fim do ano

contaremos nas nossas fileiras com mais dez mil membros! Isso significará o reforço do Partido, o reforço do amplo movimento popular organizado que, na unidade de todos os democratas e progressistas, abrirá para todo o povo os verdadeiros caminhos da liberdade!

Pág. 12

O QUE FALTA À AMADORA NÃO É SER CIDADE

Amadora vai passar a sede de concelho. Mas isso não chega, só por si, para resolver os problemas dos seus 200 mil habitantes (Ler na pág. 9)

EDIÇÕES «AVANTE!» EM GRANDE PLANO NA FEIRA DO LIVRO EM MOSCOVO

Vitor Branco, director das edições «Avante!», fala-nos do grande êxito obtido em Moscovo pelos livros da editora, a quem foram atribuídos dois significativos diplomas (Ler na pág. 5)



Milhares de trabalhadores manifestam-se em Reguengos contra a entrega ilegal de mais uma reserva

A LUTA NOS CAMPOS CONTINUA!

Continua, cada vez com maior ferocidade, a ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária, contra os seus obreiros. Ainda anteontem foram mais uma vez lançadas contra os trabalhadores, a mando do MAP, forças militarizadas que protegeram assim a acção criminosa do Governo que mandou proceder a nova desanexação. Desta feita foi Arraiolos o cenário destas graves acções, de que resultaram mais de três dezenas de feridos

OS DIRIGENTES DO PS CONTINUAM A ILUDIR OS PROBLEMAS NACIONAIS

O Secretariado Nacional do PS reuniu-se no passado fim-de-semana. Esperavam alguns que uma réstea de bom senso fizesse o grupo dirigente do PS reconsiderar a sua política. Nada disso aconteceu. Os dirigentes socialistas insistem em iludir os graves problemas nacionais e em privilegiar as alianças à direita.

O PCP, pelo seu lado, mantém firmemente a sua política de intransigente defesa dos interesses dos trabalhadores e dos interesses nacionais.

Pág. 3

ETIÓPIA: TRÊS ANOS DE LIBERDADE

Entrevista com o camarada Raimundo Narciso, representante do PCP no aniversário da revolução etíope

Pág. 11

A SITUAÇÃO NO URUGUAI

por Eduardo Vieira, membro do Comité Executivo do PC do Uruguai

Pág. 10



A ENCRUZILHADA ARGENTINA

por Julio Laborde, membro do CC do PC da Argentina

Pág. 10

OS TRABALHADORES CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

- Intensificar a luta pelo direito ao trabalho
- Cabos Ávila: Reafirmada a unidade contra a prepotência
- Lutas e tarefas do Movimento Sindical
- Saneamentos políticos
- Pela luta comum na MDF do Porto
- Forte adesão à greve na hotelaria
- Intensa mobilização sindical
- JFS: Manobras e arbitrariedade
- TAP: A cedência do Governo é um remendo podre

Páginas centrais

Editorial

O GOVERNO PS INSISTE E AGRAVA UMA POLÍTICA QUE NÃO SERVE O PAÍS

Continuação da pág. 1

Constituição - o Governo PS tem vindo a prosseguir.

A piedosa declaração de que o Governo PS sozinho se dispõe a dialogar com todas as outras forças políticas não necessita sequer do clamoroso desmentido da prática quotidiana para ficar no papel: é no próprio comunicado que os dirigentes do PS confirmam os seus desejos de fazerem do PPD/PSD um interlocutor privilegiado, facto confirmado e sublinhado pelas declarações do Primeiro-Ministro e de outros responsáveis do partido do Governo.

Interessa contudo sublinhar que estes desejos de entendimento no que ao PPD/PSD dizem respeito não ficam de forma alguma no papel! A verdade é que os projectos relativos à direcção do Banco de Portugal, as sucessivas nomeações de gente do PPD para as comissões administrativas da banca nacionalizada e a situação de crise que as pastas económicas do Governo atravessam, têm vindo a assegurar progressivamente ao partido do sr. Sá Carneiro o controlo de um sector vital para a vida portuguesa onde um partido da direita dita a sua orientação ao serviço dos interesses da reacção e do imperialismo. Com o predomínio dos homens do PPD/PSD na área financeira as declarações do Governo de que pretende continuar a «governar sozinho» são cada vez mais obtusas: a verdade é que encapotadamente o Governo PS já está obrigado a «governar» com os elementos de direita que ele próprio envia e nomeia para o sector financeiro.

Entretanto, ao nível da acção governativa concreta, o Governo do PS sozinho prossegue a sua ofensiva contra as conquistas da Revolução, mas a última semana assinalou algumas modificações de rumo que, se por um lado denunciam a pertinácia dos dirigentes do PS numa política antinacional, assinalam por outro a activa resistência e repúdio de cada vez mais amplas camadas do Povo português contra essa política.

No quadro da ofensiva contra a Reforma Agrária, o MAP continua a exceder a própria aplicação da Lei Barreto, da Lei da Reforma Agrária - que ainda por cima nem sequer está promulgada!

Mas, se a utilização por parte do Governo de cada vez mais importantes recursos militarizados para criar situações de confrontação no Alentejo se mantêm, a corajosa e patriótica decisão dos trabalhadores alentejanos de não cederem às manobras do MAP e avançarem na preparação das sementeiras provocou por parte dos responsáveis da contra-Reforma Agrária um novo tipo de acção igualmente criminoso: o esforço por todos os meios para impedir que os trabalhadores alentejanos possam alqueivar e semear as terras e assegurar pão para todo o País. Roubos de gado e alfaias, o prosseguimento dos cortes de crédito, o não fornecimento de adubos e sementes a tempo e horas, passaram para a primeira linha das preocupações do MAP que prossegue assim uma política que põe em causa interesses vitais do País.

O Governo PS, na sua pressa de devolver aos agrários as herdades para que estes delas façam descampados improdutivos, não hesita em impedir que os trabalhadores trabalhem e que os portugueses tenham pão.

Paralelamente, as desintervenções prosseguem e o Governo do dr. Mário Soares continua a considerar que é legítimo entregar aos patrões sabotadores empresas salvas pelo esforço dos trabalhadores, algumas das quais constituem mesmo casos exemplares de capacidade de organização e de esforço por parte dos homens e mulheres que face às fugas e aos roubos do patronato asseguraram a laboração e o equilíbrio das unidades de produção. A ameaça de devolução da Mundet à sua antiga proprietária constitui mais um caso afrontoso que mereceu de todos os trabalhadores a correcta repulsa.

A acompanhar a acção ilegal das desintervenções, a direita desencadeia igualmente uma ofensiva para pôr em causa as próprias nacionalizações, pretendendo demonstrar a «Inviabilidade económica» das empresas nacionalizadas e contrapor-lhe as «vantagens» do capital privado. As medidas do «segundo pacote» impostas pelo imperialismo ao dócil Governo do PS vão atingir gravemente algumas dessas empresas e é igualmente neste quadro que se tem de integrar a greve dos pilotos da TAP perante os quais, o Governo cedeu em toda a linha, contrariando os interesses nacionais que com toda a clareza foram defendidos pela esmagadora maioria dos outros trabalhadores da companhia aérea.

A incapacidade do Governo de defender com vigor o que constitui efectivamente os interesses do País só pode ser comparada com o seu desrespeito pelo Povo português que o leva a não dar quaisquer satisfações sobre a entrega de 46 toneladas de ouro português aos americanos ou à insólita complacência com que tolera o levantamento dos criminosos terroristas de Custóias.

Um Governo que impede os trabalhadores de semear as terras, que impede os trabalhadores de erguerem as fábricas, que cede às exigências do imperialismo um pouco mais todos os dias, que dialoga carinhosamente com os políticos da direita e com terroristas, não serve o País, não serve o Povo português e não pode evidentemente contar com o seu apoio.

Mas ao lado desta incapacidade - chamemos-lhe assim - surge pujante a vontade dos trabalhadores que se manifesta não só na recusa activa da política de catástrofe do Governo PS como na afirmação concreta da disposição de num grande esforço patriótico sair da crise.

A decisão dos trabalhadores alentejanos de alqueivarem e semear todas as terras, as firmes posições dos operários das empresas, alvo das ofensivas governamentais, o reforço das posições do Movimento Sindical, são tantos outros elementos a confirmarem a justiça e viabilidade das propostas patrióticas do PCP apontadas na Conferência Económica e na última reunião do Comité Central. O Partido dos trabalhadores e a sua política encontram, por outro lado, um claro apoio de massas que cresce e de que a realização da Festa do «Avante!» é elemento de grande significado.

O firme combate, no quadro da Constituição, à política anticonstitucional do Governo, a procura em cada momento das soluções que verdadeiramente interessam o País e o Povo português, o reforço da unidade de quantos pretendem Portugal democrático, independente e próspero no caminho do socialismo, continuam tarefas urgentes e possíveis.

INCORRIGÍVEIS CORRÉCIOS

Bombas contra a Reforma Agrária. Bombismo também nas Ilhas. Greve dos pilotos da TAP. Tentativa de fuga dos gatunos terroristas de Custóias. Que faz o Governo?

Qual a receita para acabar com o bombismo e, de um modo geral, com o terrorismo? Decerto não é olhá-lo de lado ou pactuar com ele, ou dialogar com os bombistas, ou pensar que eles lá têm as suas razões ou atribuir às bombas e ao terrorismo filiações alheias às suas próprias. O bombismo, toda a gente sabe e ficou provado, é sempre de direita numa sociedade democrática. E todas as cedências aos seus praticantes e padrinhos são outros tantos estímulos. Se a benevolência para com a rede bombista, o atraso em desmantelá-la completamente e fazer justiça abre caminho a mais terrorismo, também as cedências à direita que apadrinha e protege a vários níveis os terroristas, conduz à proliferação dos atentados, cria as condições que lhes permitem crescer e multiplicar-se. Assim não vamos lá.

Com benevolência, com ambiguidades, o terrorismo continua.

Escolhidos os alvos, arrebanhados os homens de mão, aí estão as bombas a denunciar, a afirmar a presença da direita e da reacção que, no desesperado isolamento das massas, deixando que o Governo faça, por procuração, a política que eles fariam com mais rapidez e mais claramente, vem lembrar que existe, que não desiste até à recuperação completa dos privilégios que os trabalhadores e o povo lhes arrancaram, nas lutas travadas após o 25 de Abril.

Os esquemas de actuação da direita e da reacção são gastos e velhos mas nem por isso menos eficazes e perigosos face à ausência de medidas firmes que erradicuem, de uma vez para sempre, a violência contra as instituições democráticas. Sempre que uma crise política se anuncia, sempre que a direita teme pelos seus resultados, já que os olhos de cada vez mais portugueses se vão abrindo e vendo

claramente o papel que as forças políticas reaccionárias têm desempenhado e desempenham no País, vá de desencadear nova onda de terror, nova onda de desestabilização política e social, pressionando para baralhar os dados da balança política, pressionando para ameaçar a ordem democrática e levar as autoridades a novas cedências. Foram as bombas contra a Reforma Agrária. É o terrorismo nas Ilhas. Foi a greve da TAP. Foi a frustrada tentativa de fuga dos gatunos terroristas de Custóias. A onda não vai parar por aqui.

Enquanto o terrorismo se desenvolve, o Governo actual, ciente embora da sua precária situação, ciente que não cumpre nem a Constituição, nem o seu programa nem o Programa do partido que o forma, admite ainda uma maior cooperação com o PPD. O Governo do PS, fiel cumpridor dos desígnios do PPD e do CDS, isolado dos trabalhadores e da maioria do povo, isolado dos seus próprios eleitores e de muitos dos militantes socialistas, faz a demonstração de que a sua «onda» estagnou e já recua envolvida nas águas turvas da direita. O que cresce neste País, hoje, é a indignação geral contra as medidas do Governo e contra a falta de medidas que assegurem, pelo menos, as liberdades, já que as outras conquistas revolucionárias estão cada vez mais comprometidas.

QUE FAZ O GOVERNO?

De facto, pode perguntar-se: Qual a atitude do Governo em cada caso dos apontados acima?

Quando explodiram as bombas contra a Reforma Agrária, bombas colocadas com o fim óbvio de destruir a preciosa documentação que regista a história e os factos da

mais preciosa conquista dos trabalhadores portugueses, bombas colocadas por quem conhecia bem os cantos à casa - e os reaccionários apoderaram-se quase completamente do aparelho de Estado que asfixia a Reforma Agrária - quando explodiram as bombas, não faltaram as declarações de «responsáveis» que, com a sua costumada ambiguidade tentaram fazer crer ao público que os atentados tinham sido perpetrados pelos «latifundiários de esquerda». Passe o termo que seria irrisório senão fosse denunciado dos motivos que levaram a inventá-lo. O que os «responsáveis» queriam era desculpar os terroristas e apontar os trabalhadores como culpados. Nisto foram auxiliados pelos numerosos pasquins fascistas. Mas as mentiras não conseguem alterar os factos. Disse o Governo, prometeu o Governo, as diligências necessárias para desmascarar e castigar os culpados. O que fez, entretanto, foi continuar a enviar numerosos contingentes de forças militarizadas para os campos, a forçar a rapina que o MAP programa e organiza, roubando a terra a quem a trabalha.

O terrorismo continua nas Ilhas. Os ataques visam já as autoridades centrais de Portugal. No entanto, o Governo Regional, dominado pelo aliado do PS, manda as forças militarizadas de que dispõe contra os trabalhadores ilhéus e deixa impunes os terroristas que protege.

Na TAP, empresa extremamente importante para a economia nacional, já nos habituámos a ver os sinais que precedem operações de maior envergadura em situações de crise. E nem desta vez faltou. Conseguindo manobrar os pilotos, a direita levou novamente à parede o Governo que, pressuroso e dando o dito por não dito,

cedeu em todas as exageradas reivindicações dos privilegiados profissionais organizados num «sindicato» dominado pela direita. Enquanto isso, as forças militarizadas continuam a espancar trabalhadores para levar a cabo as desintervenções e os despedimentos que fazem parte da sinistra política de recuperação capitalista conduzida pelo Governo do sr. Mário Soares.

Entretanto não foi surpresa o que acabou por acontecer em Custóias. Não foi difícil aos gatunos terroristas armarem-se e armar grande pandemônio, planejar o golpe, organizá-lo com o exterior, prender reféns, ocasionar um morto e vários feridos.

Um traço comum na atitude deste Governo sobressal de todas estas tragédias. É que, enquanto manda espancar e prender os trabalhadores, corre pressuroso a dialogar com os reaccionários, com a direita, com os patrões e com os terroristas.

A segurança de Custóias não foi suficiente para que os criminosos se não pudessem armar. E a descarada publicidade que foi dada, através da Rádio, dos desígnios dos terroristas, cujo chefe foi entrevistado, cuja voz chegou a milhões de ouvintes, tratando os portugueses que odeia por «caros ouvintes», essa descarada publicidade contrasta visivelmente com o tempo de antena que é distribuído magramente aos representantes dos trabalhadores do nosso País.

A rede bombista, com todas as suas ramificações e protecções está por desenredar. Os Corrécios de Portugal continuam à solta, participam em festas com os partidos de direita. E não há garantia de que o Governo actual ou outro que lhe suceda e reedite a sua política, queira resolver o problema, e recolher a rede - do terrorismo - à prisão.

A POLÍTICA ECONÓMICA DO GOVERNO EMPURRA O PAÍS PARA A RUÍNA

Acentua-se, cada vez com maior evidência, a ruína política económica do Governo do PS. A política dos «pacotes» com que o grupo dirigente do PS tem vindo a tentar fazer com que os trabalhadores paguem a crise económica do país, é, conforme o PCP várias e repetidas vezes tem insistido, uma política catastrófica para as classes laboriosas, para o regime democrático, para a economia portuguesa, para a independência nacional.

Com a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista que o Governo do PS tem vindo a praticar, com o apoio e a mal contida satisfação da direita, depressa chegará a altura em que a situação económico-financeira atingirá o zénite da crise pondo em sério perigo a democracia portuguesa. Para evitar este colapso, é necessário que todas as forças democráticas e patrióticas se unam, é necessário que o Governo do PS e o seu grupo dirigente operem uma viragem na sua prática política, para que se comece a praticar uma política de recuperação económica, para a qual é necessário - conforme o CC do PCP acentuou na sua Reunião Plenária de 31 de Julho passado e retomando as

conclusões da Conferência Económica de 4 e 5 de Junho - promover o aumento da produção nacional, aumentar as exportações, diminuir as importações, reduzir e finalmente liquidar os enormes défices das balanças Comercial e de Pagamentos que conduzem o País para o desastre financeiro e a perda real da independência.

57 MILHÕES DE CONTOS DE DÉFICE NA BALANÇA COMERCIAL

Dados oficiais recentemente divulgados acerca da Balança Comercial - que é a relação entre o valor das exportações e o das importações - relativos aos sete primeiros

meses deste ano (de Janeiro a Julho) indicam que a situação é desastrosa. Assim, a Balança Comercial regista, para o período indicado, um saldo negativo na ordem dos 57 milhões de contos, o que representa um aumento de cerca de 23 milhões de contos em relação a igual período do ano passado.

Isto significa que nada fez o Governo do PS para aumentar as exportações e diminuir as importações - muito pelo contrário.

As duas maiores «fatias» do bloco de défices vão interlinhas para a OCDE - ou o «clube privado dos países ricos» - e para a CEE (os tais «amigos» da Europa...). Os défices foram aí, respectivamente, de 39 milhões e 23 milhões de contos.

Quem mais beneficiou das operações comerciais com Portugal não foi, ao contrário do que seria de esperar, o povo português, mas sim... a República Federal da Alemanha e os Estados Unidos, países com os quais tivemos défices de 7,2 e 5,8 milhões de contos, respectivamente.

A esta sombria situação há ainda que acrescentar

o endividamento externo. Recordemos o que o CC do PCP disse a este respeito há cerca de um mês e meio e que ainda hoje se mantém plenamente actual:

O brutal aumento do endividamento externo, que o Governo PS promove com sucessivos empréstimos em condições atentatórias de soberania nacional, não só não resolve os problemas vitais da nossa recuperação económica, como coloca deliberadamente nas mãos do imperialismo novos e poderosos meios de pressão e ingerência sobre o nosso País. Isso é expressão especialmente grave a submissão às imposições, planos e fiscalização do FMI.

O MINISTRO E O BEM-ESTAR DA ECONOMIA

Esta a grave situação económica em que o País se encontra, «graças» aos esforços conjugados do Governo do PS e das forças da direita.

Por isso, não encontramos palavras que possam definir as recentes declarações do dirigente do PS e ministro sem pasta do Governo de Mário Soares, professor Campinos, para o qual - segundo titulava o órgão da CIP na sua edição de 19 passado - «as coisas vão economicamente bem...»! É que das duas, uma: ou o professor Campinos desconhece os números e, nesse caso, não pode articular afirmações destas - o que é grave; ou - o que é ainda mais grave - o professor Campinos conhece esses números e acha que a situação económica será tanto melhor quanto maior for o défice da Balança Comercial.

Mas o optimista ministro disse mais coisas: disse que há pessoas desejosas de ver «Mário Soares a sair do Governo de restos e esfarrapado...»

Todos nós sabemos que até aqui, nada disso se tem passado. Quando sai do Governo, todos nós sabemos que Mário Soares sai num carro e bem vestido.

Mas não temos dúvidas em afirmar que, caso o Governo prossiga a sua política de ruína económica, será a democracia a sair de restos, será o Povo português e a sua independência que ficarão esfarrapados.

PODER LOCAL REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA. Nesta edição: REGIÕES ADMINISTRATIVAS, HABITAÇÃO: QUE POLÍTICA?, PLANO DIRECTOR DE LISBOA, ESTUDOS LOCAIS: ÉVORA. Preço 12\$50.

Form for subscription: CONTINENTE E ILHAS (10 números) Via superfície 180\$00, Via aérea 195\$00. Includes fields for name, address, and payment method.

ABC do Marxismo-Leninismo. Vida e obra de Karl Marx. Preço 12\$50. Includes image of Karl Marx.

Avante! LÊ • ASSINA • DIVULGA. NOVA TABELA DE ASSINATURAS (50 NÚMEROS). Table with columns for VIA NORMAL and VIA AÉREA, listing prices for various regions like Continente, Ilhas e Espanha, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-Verde, Brasil, Países europeus, and Outros países (extra-Europa).

Avante! Propriedade Partido Comunista Português. Administração Editorial Avante, SARL. Direcção e Redacção. Distribuição. Assinaturas. Publicidade. Tiragem média do mês de Agosto: 70 831.

Nota da Comissão Política

O SIGNIFICADO PROFUNDO DA FESTA DO «AVANTE!»

A Festa do «Avante!», realizada pela segunda vez nos passados dias 9, 10 e 11 de Setembro, constituiu um grande êxito político, uma inesquecível jornada de confraternização popular e de solidariedade internacionalista, uma manifestação artística e cultural sem paralelo no nosso País.

A Festa do «Avante!» constituiu uma expressão da natureza de classe, dos objectivos, do estilo de trabalho e da política do PCP. Constituiu igualmente uma manifestação do apoio de massas às iniciativas e propostas políticas do PCP, do único grande Partido que, no momento actual, permanece inteiramente fiel às conquistas de Abril e à causa dos trabalhadores e do socialismo.

Pela ampla participação popular que registou — meio milhão de visitantes nos três dias e mais de 150 000 participantes no comício final —, pelo esforço, energia, imaginação criadora, capacidade de organização e de realização que a tornaram possível, a Festa do «Avante!», adquire no actual momento da vida nacional um profundo significado político.

O extraordinário sucesso da Festa do «Avante!» confirma, uma vez mais, que, na nova e perigosa fase que a democracia portuguesa atravessa, os trabalhadores e as massas populares continuam a manifestar a sua firme disposição de defender as conquistas de Abril e o regime democrático consagrado na Constituição; demonstra, igualmente, que as mais sérias dificuldades e os complexos problemas e tarefas que se colocam ao País, só podem ser vencidos com os trabalhadores, no quadro de uma intensa vida e participação democráticas e de uma profunda identidade entre a actividade e o trabalho de cada cidadão e a sua vontade, aspirações e objectivos.

Para além da sua projecção política, a Festa do «Avante!» representou, ao mesmo tempo, a mais completa manifestação de carácter cultural e artístico até hoje realizada em Portugal. Pela diversidade e qualidade das suas iniciativas, pelo entusiasmo, espírito aberto e fraternal que as marcaram, a Festa do «Avante!», assume o valor de um símbolo da harmoniosa

integração das forças da cultura num projecto colectivo de transformação da sociedade portuguesa e de satisfação das mais sentidas aspirações do povo trabalhador.

Nestes três dias de alegria, de fraternidade e de confiança no futuro, estiveram também profundamente presentes na Festa do «Avante!» a amizade entre os povos, a solidariedade internacionalista, a luta pela paz e pelo progresso da humanidade, e o activo apoio dos trabalhadores e dos democratas portugueses a todos os povos do mundo que lutam pela liberdade e pela independência nacional.

A Comissão Política do CC do PCP saúda calorosamente as organizações e os militantes do Partido que, com uma generosidade e dedicação sem limites, assumiram a responsabilidade da resolução de complexos problemas técnicos e organizativos e realizaram com êxito tarefas de enorme dificuldade e dimensão, tornando possível a Festa do «Avante!» e o seu indelével êxito.

A Comissão Política do CC do PCP saúda, de igual modo, todos os democratas de diversas tendências que, em significativo número, deram um grande contributo para a realização da Festa que foi, também, um importante factor de aproximação entre todos quantos querem defender as conquistas de Abril.

No momento em que na vida nacional emergem perigos e dificuldades, crescem a arrogância e as ameaças da reacção, recrudescem o terrorismo e a violência reaccionária, a Festa do «Avante!» representa uma clara demonstração da firmeza, da coerência revolucionária, da fidelidade às conquistas de 25 de Abril, da atitude construtiva, da dignidade moral e política, do patriotismo que orientam a acção dos comunistas e de outros sectores progressistas, a luta dos trabalhadores portugueses na procura das soluções que permitam defender e consolidar o regime constitucional e impulsionar o País no caminho do progresso social, da justiça, da independência nacional e do socialismo.

Lisboa, 15 de Setembro de 1977

A COMISSÃO POLÍTICA DO CC DO PCP

DEPUTADOS REGRESSAM DA RDA

«Contribuição para um maior desenvolvimento das relações entre a RDA e Portugal em todos os domínios», assim classificou o presidente do Parlamento da RDA a visita da delegação de deputados portugueses que se deslocou àquele país.

No regresso a Lisboa, o camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central e um dos elementos que integrou a delegação portuguesa revelou que o grupo de parlamentares vai apresentar à Assembleia da República um relatório com as conclusões da visita.

A delegação portuguesa, na sua visita à República Democrática Alemã, foi recebida pelo Presidente da República, Willi Stoph, pelo Presidente da Assembleia Nacional da RDA, Horst Sinderman e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Oskar Fisher.

Antes de regressar a Portugal o grupo parlamentar voltou a ser recebido pelo Presidente da Assembleia Nacional da RDA que concluiu conversações com o dr. Vasco da Gama Fernandes e os seus colegas, as quais foram consideradas «cordiais e de amizade».

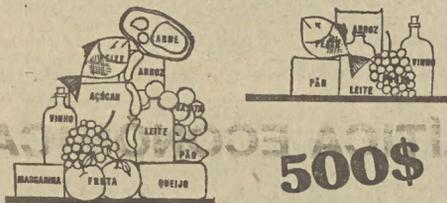
Oskar Sinderman manifestou «o seu agradecimento pela primeira visita ao seu país de uma delegação parlamentar portuguesa», sublinhando «a atmosfera franca que prevaleceu durante as conversações efectuadas na RDA».

«Houve conformidade — salientou — de pontos de vista em relação às questões mais importantes da política internacional».

Por seu turno, o Presidente da Assembleia da República, dr. Vasco Fernandes, que convidou uma delegação de deputados da RDA a visitar o nosso país, ao comentar a estada naquele país socialista considerou que as reuniões e os contactos realizados tinham sido «frutuosos e úteis». Ainda sobre este assunto declarou que em todas as conversações «o lado alemão demonstrou grande compreensão pela luta complexa das forças progressistas, e democráticas em Portugal».

Acrescentou ainda que Portugal está interessado em desenvolver ainda mais os seus laços com a República Democrática Alemã e afirmou estar convencido de que esta visita da delegação portuguesa contribuirá para isso.

ISTO É INFLAÇÃO!



500\$



PARTIDO SOCIALISTA

Com o P.S.
Contra a diminuição do poder de compra

O QUE O PS PROMETIA...

Sacos de plástico semelhantes a este foram distribuídos profusamente durante a primeira campanha eleitoral. Os dois desenhos pretendiam demonstrar que antes se comprava muito mais coisas com 500\$00. Aqui começava a primeira mistificação pois era deliberadamente esquecido o aumento de salários que beneficiou grande parte das classes trabalhadoras, enquanto que os preços dos produtos se mantinham, ou desciam, mesmo nalguns casos.

Analisemos, entretanto, o que sucedeu aos produtos indicados no desenho da direita e que pretendia significar a redução do poder de compra. Após a vigência do Governo PS sozinho, aumentaram o arroz, o peixe, o vinho, a fruta, o pão e o leite, ou seja, todos os produtos ali indicados, para não falar já dos outros, o que tornaria extenso o rol.

Entretanto, para cúmulo da ironia, o saco de plástico insere a seguinte palavra de ordem: Com o PS. Contra a diminuição do poder de compra.

Em períodos de campanha eleitoral há partidos que são pródigos em promessas. Alguns vão ao extremo de prometer salários às donas de casa.

Nas eleições para a Assembleia Constituinte, o Partido Socialista distribuiu um panfleto que se intitulava «O Custo de Vida» e que pelo seu interesse transcrevemos na íntegra:

Sobre o problema do «custo de vida».

Ontem, um quilograma de açúcar custava 12 escudos e 50 centavos. Hoje custa 22 escudos e 50 centavos.

Ontem, um maço de cigarros custava 6 escudos e 50 centavos. Hoje custa 10 escudos.

Ontem, uma casa arrendava-se por 1100 escudos mensais. Hoje arrendava-se por quatro contos.

Isto é a desvalorização do dinheiro. É a inflação. É o problema do custo de vida.

Mas a quem é que a vida cara preocupa e prejudica? Ao grande capitalista? Não.

Ao grande industrial? Não.

A vida cara combate-se lutando pela valorização do salário dos trabalhadores. Para isso é preciso estabilizar os preços. De que serve aumentar o salário de um trabalhador, se ele amanhã, na realidade, tem menos poder de compra que antes do aumento, devido à inflação?

Nós pensamos que medidas imediatas têm de ser tomadas para pôr fim ao aumento dos preços. Nós pensamos que a Revolução não se constrói à custa das classes trabalhadoras, mas à custa dos parasitas. Nós pensamos que o Estado tem de tomar a seu cargo a responsabilidade da luta contra o problema da vida cara, apoiando a agricultura, as pescas e a pecuária, de forma a produzir mais alimentos; promovendo a construção de habitações económicas, acabando com os preços especulativos no mercado da habitação; embaratecendo os tratamentos hospitalares, colocando a saúde ao alcance de todos.

Pela actualização periódica e automática do salário mínimo nacional.

Pela defesa do poder de compra das classes trabalhadoras.

Pela melhoria do nível de vida do povo português.

O Partido Socialista diz não à vida cara!
Vota PS.

Foi com demagogias deste tipo que o PS alcançou a sua vitória eleitoral. Os comentários tornam-se desnecessários. Basta verificar o que eles diziam e o que eles fazem.

O GRUPO DIRIGENTE DO PS INSISTE EM NÃO ENFRENTAR OS PROBLEMAS NACIONAIS

Rodeado do maior sigilo e aguardado com uma expectativa invulgar, nomeadamente, por parte dos órgãos de Informação da direita, reuniu-se no passado fim-de-semana o Secretariado do Partido do Governo numa altura em que se agrava a situação política, económica e social do país.

Finda essa reunião o Secretariado do PS emitiu um longo comunicado que, não só não traz qualquer nova formulação acerca da actual situação do nosso país, como tem como principal característica o facto de iludir as grandes questões que neste momento se colocam ao país e ao povo português.

Não tendo a coragem e a lucidez de enfrentar os grandes e graves problemas nacionais, o comunicado do Secretariado do PS é exemplar pela sua ambiguidade e falta de clareza, não dando resposta a qualquer dos problemas que afligem o povo português.

Ao Governo e ao grupo dirigente do partido que o apoia falta-lhe capacidade de autocritica para reconhecer a completa falência da sua política, a incapacidade de abrir caminho para a recuperação económica e, consequentemente, a cada vez maior falta de apoio popular à sua actividade.

As forças da direita avançam, o terrorismo fascista grassa com impunidade, a situação económica e financeira degrada-se rapidamente. Perante esta situação era lícito esperar que, quanto mais não fosse, por uma questão de realismo político, o grupo dirigente do PS enfrentasse nesta reunião os problemas de frente e encontrasse, para eles, as respostas adequadas.

OS TRABALHADORES SÃO CONTRA A POLÍTICA DE DIREITA

Conforme o PCP várias vezes tem insistido, a saída da crise em que o país está mergulhado não está no prosseguimento da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista empreendida pelo grupo dirigente do PS e o seu Governo com o apoio dos partidos da direita, em flagrante desrespeito pela letra e o espírito da Constituição.

Muito pelo contrário, a crise agravar-se-á se o Governo prosseguir essa política.

Acontece que o comunicado saído da reunião do Secretariado do PS pretende defender e sustentar o que é indefensável e insustentável: o Governo e a sua política.

Política que, conforme já referimos, tem o apoio dos partidos da direita, dos representantes directos e qualificados do grande capital, dos agrários e do imperialismo. Mas que tem a oposição decidida das massas trabalhadoras, de cada vez mais amplas camadas do nosso povo, de inúmeros militantes e eleitores socialistas.

Quem esperava que desta reunião de altos dirigentes do partido do Governo resultasse uma atitude mais favorável à aproximação de forças no campo democrático, depara, pela leitura do comunicado, com a insistência de formulações que estão intimamente associadas à política de alianças que o grupo dirigente do PS tem vindo a manter com as forças da direita.

Apesar de o comunicado falar na abertura de «novas vias de diálogo com outros partidos», a verdade é que nada no seu teor anuncia abertura por parte do grupo dirigente do PS para discutir francamente quer a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo e os seus cada vez mais graves efeitos sobre a situação económica e financeira do país, quer a necessidade de uma alteração dessa política.

Pelo contrário. O grupo dirigente do PS continua a insistir nos chamados «acordos preferenciais» com o partido de Sá Carneiro e esta atitude significa, tão só, que o Governo pretende garantir e negociar maior estabilidade no apoio que a direita lhe tem dado para

a prossecução da sua política desastrosa e catastrófica.

O POVO PORTUGUÊS NÃO ACEITARIA UM GOVERNO COM OS PARTIDOS DA DIREITA

Os principais problemas que o Governo defronta são os decorrentes da aplicação de uma política antipopular, voltada contra os interesses dos trabalhadores, e que ofende grave e deliberadamente as principais conquistas da Revolução consagradas na Constituição.

Ao contrário do que transparece do comunicado e do que afirmam os dirigentes dos partidos da direita, o problema do Governo não está tanto em ser minoritário, mas sim no facto de estar divorciado das aspirações e interesses das massas trabalhadoras, de violar as necessidades da economia portuguesa.

É preciso que o grupo dirigente do PS se convença que nenhum dos grandes problemas que agravam a situação do país pode ser resolvido com uma política de direita, consolidando ou aprofundando alianças ou coligações — sejam elas abertas ou disfarçadas — com os partidos da direita.

Prosseguir e insistir em tal orientação será o mesmo que deitar mais lenha para a fogueira. Se hoje os trabalhadores não aceitam — como já o demonstraram inequivocamente — o Governo do PS, muito menos aceitarão outro governo que tentasse desenvolver e agravasse essa mesma política, como seria o caso de um governo de coligação PS-PSD ou PS-PSD-CDS.

Se o Governo do PS se mostra incapaz de promover a recuperação económica, pelo simples facto de fazer constantes concessões aos interesses e pressões do grande capital, dos agrários e do imperialismo, muito menos viável seria um governo que estivesse recheado de qualificados defensores desses interesses.

HÁ UMA SOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E CONSTITUCIONAL

Apesar do grupo dirigente do PS iludir a questão, cada vez se coloca mais na ordem do dia a discussão, negociação e elaboração de uma ampla plataforma entre as forças sociais e políticas interessadas no prosseguimento do processo democrático e no respeito pela Constituição, que forneça a base indispensável para a formação de um governo que reúna melhores condições que o actual para, com o apoio das massas trabalhadoras, fazer frente aos grandes problemas nacionais.

Esta é a condição indispensável, caso não haja novas eleições gerais, para a defesa do regime democrático, a recuperação económica e o progresso do país, conforme o PCP tem vindo a insistir.

A gravidade da situação económica e financeira do país, o rápido e dramático agravamento das condições de vida do nosso povo, as ameaças que pairam sobre o regime democrático e a independência nacional não permitem que se adie por mais tempo o problema.

O grupo dirigente do PS tem já, neste momento, pesadas responsabilidades perante a grave situação do País. É desejável que o PS não queira acrescentar a essas responsabilidades mais uma: a de criar dificuldades ao encontro de uma solução democrática e constitucional que permita ultrapassar com êxito as dificuldades actuais.

Essa é a única solução capaz de mobilizar as energias do nosso povo para um grande esforço patriótico, indispensável para garantir o desenvolvimento, o progresso e a independência nacionais.

Alhandra, Odemira, Alpiarça, Coimbra, Barreiro

MÚSICOS DA RDA, DO CHILE E DA ARGENTINA CONTINUAM A FESTA DO «AVANTE!»



Milhares de pessoas não puderam ir à Festa do «Avante!». Mas a Festa do «Avante!» foi até elas

A presença em Portugal com o fim de participarem na Festa do «Avante!» de numerosos artistas estrangeiros permitiu que, depois da realização do grandioso encontro do Vale do Jamor, em várias localidades do país se realizassem espectáculos que alargaram ainda mais a projecção cultural, artística e de solidariedade que caracterizaram a Festa anual do nosso jornal.

Os jovens do grupo «Forum», da Universidade Karl Marx, de Leipzig (RDA), o grupo chileno «Tiempo Nuevo» e o cantor argentino Enrique Llopis estiveram em Alhandra, Odemira, Alpiarça, Coimbra e Barreiro e as suas apresentações constituíram calorosos momentos de fraternidade em que participaram muitos milhares de pessoas.

Para o espectáculo que se realizou em Alhandra na passada quarta-feira concorreu igualmente Samuel. Anunciado quase no próprio dia, nem por isso a sala deixou de se encher de um público caloroso que aplaudiu entusiasticamente os cantores que levaram àquele centro operário de grandes tradições uma mensagem amiga nas suas músicas e canções.

Em Odemira, os jovens

alemães e chilenos conviveram durante largas horas com trabalhadores alentejanos para os quais cantaram e de quem ouviram também as modas do Alentejo onde se forja a Reforma Agrária.

Nesse mesmo dia, os nossos convidados foram para Alpiarça onde um contratempo os aguardava: o temporal que se abatera sobre a região privava a vila de energia eléctrica e quando o autocarro desembocou junto à sala anunciada o público preparava-se para recolher a casa uma vez que sem electricidade dificilmente se poderia efectuar o espectáculo!

Engano! Candeeiros de petróleo acesos, instrumentos sem amplificação, muita alegria e entusiasmo permitiram que durante quase duas horas houvesse não só espectáculo como verdadeiramente festa!

Domingo foi a vez de um grande espectáculo organizado pelos camaradas de Coimbra. Coincidindo a data com o dia da Festa Nacional do Chile e dada a presença do grupo chileno, quase três mil pessoas afirmaram bem alto a sua solidariedade à luta do povo mártir da pátria de Allende e Neruda

a quem foram dedicadas muitas das canções interpretadas pelos artistas portugueses presentes: Barata Moura, Samuel, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Moniz e Brigada Vitor Jara.

Na segunda-feira, os elementos do «Forum» e do «Tiempo Nuevo» foram recebidos pelos trabalhadores da Fisipe, no Barreiro. Uma pormenorizada e interessada visita à fábrica e um relato vivo da luta pela produção naquela unidade industrial antecederam um lanche de convívio em que as palavras cordiais e fraternas se cruzaram, ultrapassando barreiras de língua para se identificarem na vontade de reforço de uma amizade que se fortalece. À noite, nos Penicheiros, José Jorge Letria e José Manuel Osório cantaram ao lado dos convidados perante uma assistência numerosa e entusiástica.

Como diria uma firme e encanecida camarada que em Coimbra trabalhou durante horas em torno do seu fogão para dar de jantar aos camaradas da RDA, do Chile e da Argentina «não pude ir à Festa do «Avante!», mas a Festa do «Avante!» veio até cá!».



ECOS DO JAMOR

Val ser difícil esbater os ecos da Festa do «Avante!» que aconteceu, só uma nova e maior ainda (e melhor ainda) poderá, de certo modo, fazer esquecer um pouco a todos os milhares de amigos, de companheiros, de camaradas, de apenas curiosos, os dias que vivemos juntos em fraternidade e em alegria.

Um dos aspectos que mais emocionou todos quantos participaram foi o terem bem presente, em todos os locais, em todos os recantos, o formidável esforço que foi necessário, que se conseguiu para criar uma cidade voltada para o futuro e fazê-la viver em tão curto espaço de tempo.

Duas frases, ouvidas no Jamor, repetidas em muitos «stands», ficam a confirmar uma impressão viva que continuará: «Estamos cansados, camarada, mas estamos felizes» ou então: «Quanto trabalho para tão pouco tempo»...

Trabalho, além do trabalho quotidiano para construir, trabalho durante o período da Festa, trabalho no entanto assumido com uma alegria que só as perspectivas claras dão. A Festa política que foi, celebrou o trabalho criador, celebrou a fraternidade e a cultura, celebrou o querer independente dos homens, das mulheres e dos jovens que produzem e constroem um mundo novo com as suas mãos. A Festa política que foi, abriu as suas portas e trouxe, para dar uma ajuda à fraternidade, outras mãos ainda, que ficaram ganhando em esperança, em firmeza e em alegria.

Depois de todo este esforço, de toda esta fraternidade, não val ser fácil esquecer os bons momentos partilhados no Jamor. Nem o silêncio, nem as trevas com que alguns procuram cobrir os dias límpidos que passaram, conseguirão esbater os ecos que perduram da grande Festa de Setembro.



No ano do 60.º aniversário da Revolução de Outubro

A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA FOI UM DOS PONTOS CULMINANTES DA GRANDE FESTA DO NOSSO JORNAL

A solidariedade internacionalista, a inequívoca manifestação de fraternal amizade entre os comunistas portugueses e os restantes destacamentos do movimento comunista e operário internacional, foi um dos factos mais importantes da grande Festa do "Avante!", fazendo erguer bem alto a estrela vermelha de cinco pontas — símbolo do internacionalismo proletário.

A participação na Festa do "Avante!" de numerosas delegações de partidos irmãos, bem como de representações dos seus órgãos centrais, contribuiu para tornar a Festa do "Avante!" numa imensa festa da imprensa operária internacional.

Na Cidade Internacional — um dos locais inequivocamente mais concorridos no Vale do Jamor — dezenas de "stands" dos partidos comunistas e operários, bem como dos movimentos revolucionários, mostravam às centenas de milhares de pessoas que acorreram ao Vale do Jamor a actividade dos comunistas de vários pontos do mundo, mostravam a poderosa marcha dos povos de todo o mundo para o socialismo, mostravam também a resistência dos povos do mundo ao fascismo, ao colonialismo e ao imperialismo.

Os encontros que várias delegações da direcção do Partido Comunista Português mantiveram com as delegações presentes à Festa do "Avante!" constituíram, sem dúvida, um reforço dos laços de

amizade e camaradagem no seio do movimento comunista e operário internacional.

A atenção e o carinho que dezenas de milhares de pessoas dispensaram aos nossos ilustres visitantes, tanto no decorrer do comício realizado no último dia da Festa, como sempre que as delegações estrangeiras percorriam o recinto da Festa e eram reconhecidas, são a prova de como os comunistas portugueses — e com eles a classe operária e as massas trabalhadoras do nosso País — prezam os laços de amizade e camaradagem que os unem aos comunistas de todo o mundo, aos povos que em todo o mundo ou constroem o socialismo ou lutam pela liberdade contra o fascismo e o imperialismo.

UM PONTO ALTO DA FESTA: O 60.º ANIVERSÁRIO DA GRANDE REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

A Festa do "Avante!" ocorreu no ano do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro. É, por isso, natural que este acontecimento glorioso e ímpar na História dos povos tenha tido um lugar de destaque em muitas das manifestações da Festa do "Avante!".

A presença entre nós de uma importante delegação do glorioso Partido de Lénine e do seu órgão central — o "Pravda" — é um facto bem conativo de que o 60.º aniversário da Revolução Socialista na

URSS foi um ponto alto da Festa do "Avante!".

A delegação do PCUS e do "Pravda" era composta pelos camaradas Evgueni Mikhaïlovitch Tiajenikov, membro do CC do PCUS

Vilarigues e Joaquim Gomes, membros do Secretariado e da Comissão Política do CC, e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção

Orientação Política do DOR do MPLA, e Floriano de Almeida Meireles, da Divisão de Agitação e Propaganda; o PAIGC era representado pelo camarada Lopes Pereira, responsável pelos Serviços de Informação do Secretariado.

Quando, no decorrer do grande comício do dia 11, foi anunciada a sua presença no palco, as centenas de milhares de pessoas presentes saudaram-nas entusiasmadamente, demonstrando assim a solidariedade de combate dos comunistas portugueses para com as organizações de vanguarda dos novos países africanos.



A delegação do PCUS e do "Pravda"



A delegação da Frelimo com os dirigentes do PCP que participaram nas conversações

e Chefe do Departamento de Propaganda do CC, Boris Mikhaïlovitch Pyshkov, chefe de sector do Departamento Internacional do CC, Serguei Vitalievitch Tsukanov, membro da Direcção e Secretário responsável do jornal "Pravda", Rudolf Vasilievitch Putschkov, observador do "Pravda" e Boris Valentinovitch Volynov, aviador cosmonauta da URSS.

International do CC do PCP.

REFORÇADOS OS LAÇOS COM A FRELIMO, O MPLA E O PAIGC

Os novos países africanos de expressão portuguesa estiveram igualmente representados na Festa do "Avante!" através de delegações dos seus movimentos revolucionários. A delegação da FRELIMO era composta pelos camaradas Alberto Cassomo, membro do Comité Central, e Amândio Chongo; a delegação do MPLA era composta pelos camaradas Álvaro Manuel Pacheco, da Divisão de

I Feira Internacional do Livro de Moscovo

EDIÇÕES «AVANTE!» DISTINGUIDAS COM DOIS SIGNIFICATIVOS DIPLOMAS

A I Feira Internacional do Livro de Moscovo realizou-se enquanto decorria a Festa do "Avante!". Acontecimento que vai marcar profundamente a história da cultura dos povos, a Feira Internacional não mereceu, de grande parte da imprensa portuguesa, o relevo que as suas consequências futuras, a curto prazo, vão produzir em todo o Mundo. Tratou-se, entretanto, de uma manifestação cultural a que os portugueses não estiveram alheios. E para nos apercebermos melhor do que foi a Feira, de qual a nossa participação e quais serão os frutos de tal participação, registámos declarações do camarada Vítor Branco, que representou em Moscovo a Editorial "Avante!".

— A I Feira Internacional do Livro de Moscovo abriu com o lema «O Livro ao serviço da Paz e do Progresso» — começou por nos dizer — e contou com a presença de 65 países,

relações culturais com a URSS.

— Numa feira com essas características, abarcando culturas tão diversas e tendências ideológicas que se opõem, pois estavam presentes certamente editoras de países capitalistas que serão verdadeiras empresas cujo objectivo é apenas o lucro, como decorreram as relações entre as várias representações?

— Houve o melhor espírito de abertura. É claro que os americanos disseram que se fazia censura na Feira Internacional de Moscovo, que nem todas as obras eram apresentadas. Mas, responderam os organizadores soviéticos, o lema «O Livro ao serviço da Paz e do Progresso», não ia permitir decerto que ali fossem apresentados livros defensores da guerra e das ideias fascistas...

— Portanto, a partir dessa plataforma, o intercâmbio foi útil...

— Foi extraordinário. Pelo lado soviético, por exemplo, foram realizados mais de 1000 contratos de compra e venda de direitos de autor. Com Portugal, mais de 20 contratos foram firmados abrangendo autores portugueses, como Manuel Tiago, o autor de «Até Amanhã, Camaradas», já traduzido em russo e que agora o vai ser em azerbaijano. Vão ser também editadas na URSS as Obras Completas de Soeiro Pereira Gomes e um conjunto de trabalhos teóricos de Álvaro Cunhal. Outros autores portugueses a ser traduzidos serão Vergílio Ferreira, José Gomes Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, Batista Bastos, Matilde Rosa Araújo, José Esteves, Ary dos Santos, Eugénio Rosa, Mário Castrim.

— Prevêem-se também edições em Português de autores soviéticos?

— Claro. Foi mesmo assinado um convénio entre a VAAP, que representa os direitos dos escritores soviéticos, com a sua congénere portuguesa, a ADPA — Associação Portuguesa de Direitos de Autor. Este convénio prevê colaboração mútua para a divulgação de autores de ambos os países.

— Bissau e Cabo Verde com vista a uma activa colaboração editorial.

— Não pudeste estar presente na Festa do "Avante!". Como te chegaram lá as notícias desse outro grande êxito, em que a cultura esteve tão vivamente presente?

— A Festa do "Avante!" esteve lá presente. Foi-me mesmo feita uma entrevista sobre ela e é de salientar o carinho com que os jornais a acompanhavam o acontecimento. Basta dizer, por exemplo, que logo na 2.ª feira, portanto no dia a seguir à Festa, a Televisão soviética apresentava uma reportagem feita no Jamor. E o "Pravda" todos os dias dedicava a sua atenção à Festa do "Avante!".

— As comemorações do 60.º aniversário da Revolução de Outubro estão à porta. A nível editorial prepara-se alguma coisa de novo integrado nas comemorações?

— Já na Feira pudemos ver muitos livros sobre as comemorações de Outubro. Foi mesmo acordado com as edições das «Ciências Sociais» a publicação de uma antologia para ser lançada em Portugal, por altura das comemorações. «O Grande Outubro», chamar-se-á a antologia. Por outro lado, a «Jovem Guarda», editora do Komsomol, editará uma colectânea de autores portugueses e as Edições "Avante!" preparam uma colectânea de jovens autores soviéticos, que se prevê ainda para antes do XI Festival da Juventude, em Havana, no próximo ano.

КОМИТЕТ МОЛОДЕЖНЫХ ОРГАНИЗАЦИЙ СССР награждает

ДИПЛОМОМ

Удостоверение «Avante» Португалия

за книги, представленные на I Московскую международную книжную выставку-ярмарку, наиболее ярко воплощающие идеи интернациональной дружбы и антиимпериалистической солидарности молодежи.

Председатель Комитета молодежных организаций СССР Г. ЯНАЕВ



Москва, сентября 1977 г.

Comité das Organizações Juvenís da URSS Atribui o DIPLOMA

às edições «Avante!», Portugal pelos livros que foram expostos na I Feira do Livro Internacional de Moscovo, os que mais claramente demonstraram a amizade internacional e a solidariedade juvenil antimperialista.

O Director do Comité das Organizações Juvenís da URSS



SAUDAÇÃO DE VOLINOV AOS LEITORES DO «AVANTE!»

A presença do coronel Boris Volynov, comandante da «Soyuz-5» e da «Soyuz-21», na Festa do "Avante!", rodeou-se, naturalmente, do maior interesse popular. O cosmonauta soviético, representante da ciência soviética ao serviço da paz e do progresso, só possível numa sociedade socialista, recebeu inúmeras provas de consideração e carinho durante a sua permanência entre nós, as quais, segundo nos confessou, muito o sensibilizaram.

Зумательн газети "Avante" соимй сержетний привет и добрие пожелания! Летчик-космонавт СССР [Signature] 11.09.77.

Correspondendo à simpatia de que foi alvo, Boris Volynov redigiu a saudação que junto reproduzimos, e na qual afirma: Para os leitores do jornal "Avante!", as mais cordiais e calorosas saudações e os melhores votos de felicidades.

DELEGAÇÃO DO PCP EM DIVERSOS PAÍSES DA EUROPA

Com o objectivo de reforçar os laços de amizade e cooperação e respondendo aos convites formulados por vários partidos irmãos da Europa, partiu, no dia 15, uma delegação do Comité Central do PCP, composta pelos camaradas Bianqui Teixeira, membro da Comissão Política, Albano Nunes, membro do CC e Manuel Silva, colaborador do CC que se deslocou respectivamente a França, República Federal da Alemanha, Luxemburgo, Suíça e Bélgica.

No seu primeiro encontro, a convite do PCF e no quadro das relações entre os dois partidos decorreu em 15 e 16 de Setembro, em Paris, um encontro entre as delegações do PCP e do PCF.

Representavam o Partido Comunista Francês os camaradas Jean Colpin, membro do Bureau Político e secretário do Comité Central,

Jacques Denis, membro do CC, e Charles Borontini, responsável da Secção de Mão-de-Obra Emigrada do CC do PCF.

De 17 a 19 de Setembro, e a convite do Partido Comunista Alemão, a delegação do PCP deslocou-se à RFA. O encontro entre as delegações dos dois partidos realizou-se em Dusseldorf, sendo a delegação do D.K.P. composta pelos camaradas Kurt Fritsch, membro do Comité Central e Werner Cieslak e Karl-Heinz Schoedrer, ambos Secretários do Comité Central.

As conversações, em que foi dada uma informação mútua sobre a situação política nos dois países e a actividade dos dois partidos, decorreram num ambiente de franca camaradagem e cordialidade.

Avanté! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SERVIÇO DE ASSINATURAS

Avisamos todos os camaradas e amigos que o serviço de assinaturas do «Avante!» mudou para a Avenida Santos Dumont, 50 — Lisboa 1 com o telefone 763701

Despedimentos e desemprego no Norte

INTENSIFICAR A LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO!

No Cinema Val Formoso, realiza-se amanhã, a partir das 14,30, uma reunião geral dos delegados sindicais do distrito do Porto, convocada pelos sindicatos presentes no último plenário sindical efectuado na sede da USP/CGTP-IN. Na reunião será discutida a situação dos despedimentos e de desemprego e a correspondente acção a desenvolver nas empresas, nos sindicatos e nos sectores.

Como oportunamente foi divulgado pelos sindicatos, no distrito do Porto, desde Janeiro a Agosto passado, o número de despedimentos ultrapassou 3500 enquanto que 3740 trabalhadores foram colocados na situação de desemprego. Estes dados, que dão a medida da gravidade da situação, desmentem cabalmente as recentes afirmações do Primeiro-Ministro, segundo o qual o número total de despedidos em todo o território nacional não ultrapassaria os 7500.

Na sequência das últimas medidas governamentais, nomeadamente do «segundo pacote», a situação tende a agravar-se, seja pelas facilidades concedidas ao patronato para despedir trabalhadores e não cumprirem os CCTs, seja pelas nefastas consequências que terão para dezenas de pequenas e médias unidades fabris o agravamento das taxas de juro e a retirada do apoio que era concedido pela Secretária de Estado do Emprego.

Por outro lado, a sistemática entrega de empresas internacionalizadas ao patronato sabotador e a ausência de apoio às empresas cooperativas e em autogestão possibilitam o agudizar da situação, o agravamento da repressão patronal e o consequente lançamento

no desemprego de milhares de trabalhadores.

MANOBRAS DOS CAPITALISTAS NA «ALGOT PORTUGUESA»

Enquanto trama decisões nas costas dos trabalhadores e contra os seus interesses, o Governo da direcção do Partido Socialista continua a dar plena cobertura às manobras dos capitalistas, como se tem verificado na «Algot Portuguesa», a maior empresa de confecções instalada no nosso País, que retomou a laboração há dias.

Os 1200 trabalhadores da associada portuguesa da multinacional sueca, cuja falência ameaçou seriamente a situação da empresa das Fontainhas, estiveram com os salários atrasados quatro meses e foram para férias sem receberem o respectivo subsídio. Agora vêm centenas de postos ameaçados pelos planos do governo sueco, que, entretanto, assumiu o controlo da multinacional.

Dando execução a um plano divulgado por jornais suecos e que prevê o despedimento de mais de 600 trabalhadores, o advogado da administração da «Algot» anunciou a paralisação em elevado da «Lonas» 71 e 72, onde laboraram cerca de 300 trabalhadores, que se têm apresentado número na empresa. Na sequência desta decisão, e procurando uma cobertura «legal» para efectuar despedimentos, a administração instaurou 26 processos disciplinares.

Tomando posição face à situação na «Algot Portuguesa» sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Tapeteiros, Cordeiros e Chapelheiros, reunidos em conselho geral da Federação,

divulgaram uma posição sublinhando que «a luta dos 1200 trabalhadores na «Algot» na defesa de empregos e salários para todos vai continuar porque está na sua luta e unidade a resolução dos seus problemas».

FÉRIAS SEM SUBSÍDIOS NA «SOLENCOS»

Entretanto, em Vizela, as 116 trabalhadoras da «Solencos», encontraram a empresa fechada quando regressaram de férias que gozaram sem terem recebido o respectivo subsídio. Visando defender os seus postos de trabalho e os direitos adquiridos, aquelas operárias têm comparecido diariamente na firma desde o passado dia 1 do corrente altura em que a entidade patronal fez «lock-out» que como é sabido é ilegal. Por outro lado, para tentarem impedir a saída de produto acabado, as trabalhadoras têm feito piquetes nocturnos.

Tal como tem sucedido frequentemente, o Governo nada faz para impedir o «lock-out» que, mais tarde seria «legalizado» pela entrega de uma declaração de falência na Delegação de Braga do MT e no Serviço Nacional de Emprego. No entanto, o Governo da direcção do PS não hesitou em permitir a deslocação para as imediações da empresa de uma força da GNR, constituída por algumas dezenas de praças armadas a fim de permitir a retirada de produtos da empresa pelo patronato que os encaminhou para outras fábricas a fim de ser acabado.

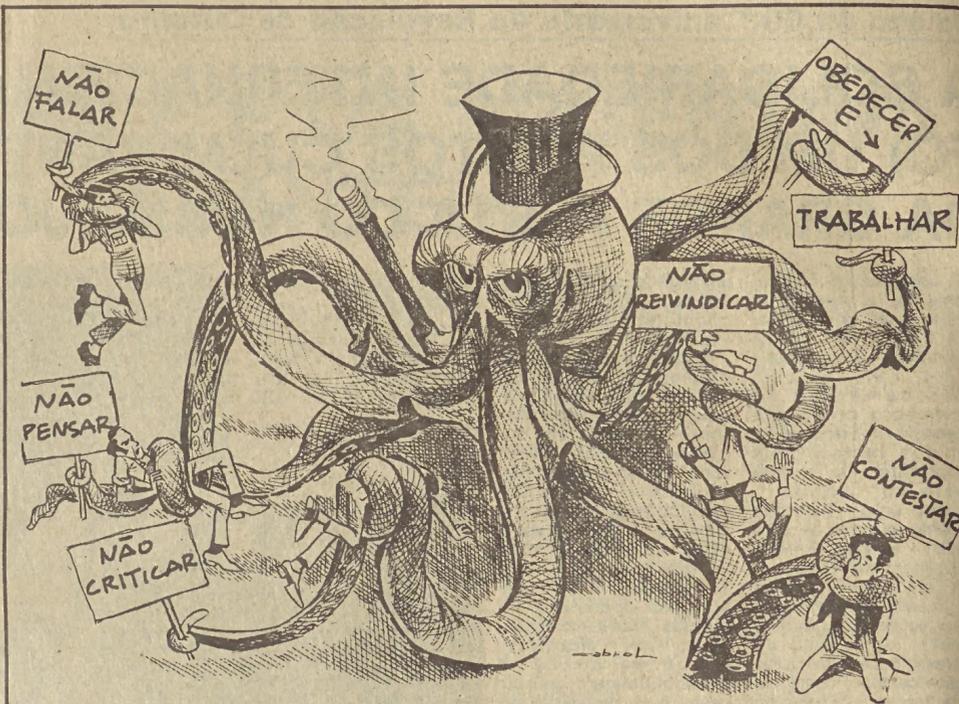
Permanecendo dispostas a não abdicar da luta em defesa dos seus direitos, as trabalhadoras da «Solencos» têm denunciado o facto de o patrão manter a fábrica

encerrada e continuar a dar trabalho a empresas clandestinas do ramo, existentes na zona de Vizela, onde, não só não são cumpridos os contratos colectivos de trabalho, como também não são pagos os impostos devidos ao Estado.

O DESEMPREGO ATINGE O ENSINO

Embora os sectores mais afectados pelos despedimentos e desemprego sejam no distrito do Porto o têxtil, vestuário e construção civil e rodoviários, começam a registar-se indícios do alastramento noutros, como é o caso do Ensino, onde se encontra ameaçado o direito ao trabalho para muitas centenas de professores dos diversos graus. No distrito de Vila Real, por exemplo, ao abrigo do Despacho 96/77 de 5 de Agosto, foram extintos 42 lugares no ensino primário.

Repudiando esta situação, a delegação local do Sindicato, dos Professores da Zona Norte considerou-a como, exemplo «da política do Ministério da Educação e Investigação Científica, que conduz à eliminação dos postos de trabalho no Ensino, com o correspondente aumento do desemprego e degradação pedagógica-didáctica». Por seu turno, professores agregados do distrito do Porto, reunidos em plenários na passada sexta-feira, aprovaram uma moção exigindo o direito ao trabalho para todos os professores profissionalizados, o máximo de 20 a 25 alunos por lugar, a imediata anulação das reconduções e dos concursos para professores agregados (ou, no caso de tal ser impossível, um segundo concurso nos moldes ores e das suas organizações sindicais.



A ofensiva do capital apadrinhada pelo Governo minoritário do PS

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

O Movimento Sindical unitário continua a demonstrar forte vitalidade. Dividido por várias frentes de luta, a sua unidade reforça-se dia a dia. Nas empresas, em toda a estrutura sindical, contra os despedimentos, contra o desemprego, pelo cumprimento das convenções colectivas, contra as arbitrariedades, a violência e a repressão dos patrões reaccionários, contra as medidas antioperárias do grupo dirigente do PS e do Governo, o Movimento Sindical português e todo o movimento operário reafirmam, em coerência e trabalho positivo, a sua função indispensável na vida do País e no cumprimento do Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, em fins de Janeiro do ano corrente.

Nos exemplos que a seguir apresentamos, o Movimento Sindical está, de um modo ou doutro, sempre presente. A sua força faz-se sentir, ao lado das Comissões de Trabalhadores, nas lutas desenvolvidas contra a desbragada recuperação do passado, pelo cumprimento da Constituição e pelo esclarecimento cada vez mais profundo e consciente da actividade da classe operária e das massas populares na recuperação económica nacional.

— **Luis Pedro Mendonça** — O secretariado da Cintura Industrial de Lisboa (CIL) da Zona de Vila Franca de Xira, numa moção de apoio à luta nesta empresa, repudia «a política de tração do actual Governo posta em prática pelo grupo dirigente do PS». Entre outras moções de solidariedade e de apoio, contam-se ainda a da Comissão de Unidade dos Trabalhadores da Mague e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação do Distrito de Lisboa, que enviou uma exposição ao Conselho da Revolução recordando que «não é premiando os sabotadores e reprimindo os trabalhadores que se recupera a economia nacional e se cumpre a Constituição».

— **Malombe e «gorilas»** — Sempre que se apresentavam ao trabalho eram agredidos pelos «gorilas» do sr. Galvão de Melo 17 dos 22 trabalhadores já afastados pelo patrão desta empresa e que se viram assim coagidos a pedir a rescisão do respectivo contrato. Em que lei vivemos? Quem nos governa?

— **O sector pior remunerado** — Os Sindicatos Têxteis de norte a sul do País vão promover reuniões e plenários para a eventual adopção de formas de luta contra a PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) que mantém o sector têxtil com os mais baixos salários do País.

— **Sem salários há três meses** — Num telegrama para o Primeiro-Ministro, a Comissão de Trabalhadores das sedes da empresa Grão-Pará lembra que 900 trabalhadores deste grupo intervencionado há três meses que não recebem salários, continuando nos seus postos de trabalho e produzindo o mais que podem com os reduzidos materiais de que ainda dispõem.

— **A Copam em luta** — Segundo decisão tomada em plenário e vinda a público na última segunda-feira, os trabalhadores da Copam decidiram manter a paralisação como forma de luta contra a desintervenção ordenada pelo Governo e a sua oferta ao ex-patrão sabotador.

— **Algot: 500 despedimentos** — Com mais 200 trabalhadores despedidos, subiu para 500 o total dos despedimentos efectuados até agora na delegação portuguesa desta multinacional sueca. Os sindicatos denunciaram vigorosamente esta vaga de despedimentos, que atinge os trabalhadores mais conscientes e activos, ao mesmo tempo que

recomeçam os processos disciplinares como preâmbulo para mais suspensões e despedimentos, que não se devem a falta de trabalho.

— **Nova Federação** — Os sindicatos da indústria química decidiram constituir-se em Federação, após reunião conjunta das associações sindicais do sector.

— **A morte por insegurança** — O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto denunciou prontamente a falta de condições de segurança no trabalho, que levou à morte do operário Pedro de Sousa Magano, da Fundação de Zebreira, que deixa viúva e filhos menores.

— **MDF e solidariedade** — Ameaçados de despedimento em massa, os trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira, através das CTs, manifestaram em documentos a sua solidariedade com os companheiros da Copam e do sector da Imprensa, em luta «pelos direitos que lhes querem roubar, nomeadamente o direito ao trabalho».

— **Efacec contra despedimentos** — Contra o despedimento da Comissão de Trabalhadores da Efacec-Inel (Sul) os trabalhadores decidiram, em plenário, uma paralisação no dia 16 do corrente, aproveitando esse dia para a realização de outro plenário, «a fim de se analisar a situação da luta (...) e se decidir sobre as medidas a tomar».

— **Vender sangue para sobreviver** — Há quatro meses sem salários, trabalhadores da Empreital já se viram obrigados a vender objectos de uso pessoal e doméstico e, em alguns casos, até o próprio sangue, para poderem subsistir e alimentar os seus.

— **Bancários pelo Contrato** — Reunida em Lisboa, há cerca de uma semana, a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas aprovou vários documentos no sentido do reatamento das negociações do CCT, que se encontram num impasse.

— **Novo CCT para os Seguros** — Requerendo a reunião da Assembleia do respectivo Sindicato, trabalhadores dos Seguros de Lisboa fundamentam o requerimento na necessidade de todos os trabalhadores possuírem «uma informação rigorosa sobre o clausulado aprovado ao longo das negociações, bem como de todas as suas implicações».

— **Agressão** — Um dirigente sindical foi agredido pelo gerente da firma de tratamento de madeiras Ruas & Santos, de Algés, quando tentava explicar-lhe que a entidade patronal não pode obrigar trabalhadores a assinar contratos ilegais de trabalho a prazo, nem recusar-lhes o período contratual de férias estabelecido na respectiva convenção de trabalho.

— **Quotização sindical** — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa alerta os seus associados para a obrigatoriedade legal de as entidades patronais receberem «a declaração de autorização de desconto da quotização sindical no salário e respectiva remessa ao Sindicato», sempre que o respectivo CCT «contenha alguma cláusula em que as associações sindicais e patronais acordem nessa forma de pagamento».

— **Bancários do Centro** — Em assembleia geral, os trabalhadores bancários do Centro repudiaram a actuação da CEC (Comissão Executiva de Contratação) que desenvolve manobras dilatórias na negociação do CCT para que este venha a ser aprovado por via administrativa, depois de desunir a classe e levar as negociações directas ao malogro.

Cabos Ávila

REAFIRMADA A UNIDADE CONTRA A PREPOTÊNCIA PATRONAL

Os patrões da Cabos Ávila estão perante uma certeza: não podem contar com a divisão dos trabalhadores. Dois plenários bastaram para o provar. Neles ficou bem assinalada a medida da unidade: em 13 e 19 do corrente, a grande maioria do pessoal operário e dos serviços decidiu continuar a luta pela revisão do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT). A unanimidade e a aclamação obtidas pelas propostas aprovadas não foram fruto de ocasião. São o resultado do ambiente de unidade e coesão que se vive na empresa.

Hoje, termina o prazo para que a Comissão Negociadora Patronal (CNP) se pronuncie. Amanhã, dia 23, os trabalhadores paralisarão 3 horas em cada turno, se os patrões mantiverem a recusa de negociar.

Negociar é a única exigência dos trabalhadores. Não se pode dizer que seja muito. Mas mesmo este pouco certo patronato entende recusar. Sem base legal de nenhuma espécie e excedendo as próprias medidas antioperárias do Governo dos pacotes, a administração da Cabos Ávila quer aplicar aos mais de 800 trabalhadores da empresa a Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) promulgada pelo Governo para o sector dos fabricantes de material eléctrico.

Os trabalhadores recusam. Segundo a última proposta aprovada em plenário na segunda-feira passada, continuam válidas as razões

que determinaram a paralisação inicialmente prevista para 19 do corrente. Entre elas destacavam-se:

O facto de terem sido «preenchidos pela parte sindical todos os requisitos legais para se iniciar o processo de revisão do ACT, nomeadamente quanto aos prazos de apresentação da denúncia e respectiva resposta»;

O facto de, perante o actual ACT e a legislação em vigor ser «abusiva e ilegal a posição da administração quanto à substituição do ACT pela PRT/CCT Fabricantes de Material Eléctrico»;

O facto de, com esta manobra, a administração

querer «retirar muitas das regalias conquistadas pelos trabalhadores da empresa» — primeiro passo e balão de ensaio «para novas investidas» na Ávila e «noutras empresas com convenções colectivas específicas»;

O facto de já, por vários meios, a administração ter tentado «aplicar a PRT/CCT o que é manifestamente ilegal»;

O facto de a administração ter desenvolvido «manobras intimidatórias», no sentido de «impedir o esclarecimento dos trabalhadores» e ter tentado «limitar a actividade dos delegados e dirigentes sindicais».

RAZÕES JUSTAS CONTRA A ILEGALIDADE

A situação não se alterou. As razões dos trabalhadores mantêm-se.

Em conferência de Imprensa, na última sexta-feira, a Comissão Negociadora Sindical (CNS) distribuiu documentos e expunha publicamente o que se passava. Apesar de acionados os mecanismos legais, com a aprovação do Ministério do Trabalho, a CNS não conseguiu iniciar o processo de revisão do ACT.

A interpretação legal dos Sindicatos interessados (Metalúrgicos, Químicos, Material Eléctrico, Escritórios) foi confirmada pelo Ministério do Trabalho que reconheceu a ilegalidade da posição dos patrões. Segundo um diploma legal, o 164/A, não é possível substituir o ACT sem o acordo prévio das partes.

Mesmo assim, os patrões da Cabos Ávila insistem no «balão

de ensaio». Querem impor unilateralmente e contrariando a lei uma situação que iria servir de precedente para outras empresas, entre elas grandes empresas como a CEL-CAT e a Firestone onde os trabalhadores regulam também por um ACT as suas relações de trabalho.

Os trabalhadores recusam.

UMA ÚNICA EXIGÊNCIA

O que pretendem é bem claro, legal, e não ofende a economia da empresa, nem a economia nacional.

«Que a CNP aceite sentar-se à mesa de negociações para negociar a revisão do ACT» — é esta a única exigência de mais de 800 trabalhadores que lutam pelos seus direitos, com a solidariedade manifesta de muitos outros, recusando-se a participar na arbitrariedade patronal.

A administração da Cabos Ávila será a única responsável se a paralisação se efectivizar.

As manobras intimidatórias de nada servirão. Os trabalhadores organizados, a CT, os Sindicatos, a CNS, a organização sindical na empresa não temem a coacção. Têm pelo seu lado a lei e a sua razão de classe, apoiada na consciência e na unidade. Assim se exprime José Brita, membro da CT e da Comissão Sindical. Por nós abordado após a conferência de Imprensa da última sexta-feira, ouvimos dele palavras firmes e confiantes. Eram, pela sua boca, palavras da esmagadora maioria dos trabalhadores da Cabos Ávila onde a prepotência patronal não passará.

SANEAMENTOS POLÍTICOS CONTRA A LEI DO PAÍS

O grupo dirigente do PS continua a utilizar cargos governativos de que dispõe para despedir trabalhadores da Função Pública por motivos políticos. Esta expressão, que lembra o fascismo, não é gratuita. O que se passou no Ministério do Trabalho e mais recentemente na Direcção-Geral dos Desportos lembra a arbitrariedade e a repressão dos tempos da ditadura e contraria abertamente a Constituição de 1976.

A ilegalidade, que atingiu técnicos do MT e da DGD parece não preocupar por aí fora alguma gente e outra afir, que, mais do que ninguém, deveria respeitar a Lei do País. Pessoas colocadas em cargos governativos, que encham a boca com os «direitos do homem», não têm escrúpulos em actuar segundo critérios que os despezam abertamente.

O homem e os seus direitos mais elementares não passam, para essa gente, pela garantia de emprego e pelo respeito pelas Ideias de cada um. A actuação dos responsáveis pelos recentes saneamentos políticos é caso de tribunal. Os pormenores divulgados pela Imprensa diária assim o confirmam. Por isso, os despedidos do MT já entregaram no Supremo o recurso competente.



MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

ACONSELHADO AOS ESTUDANTES DE HISTÓRIA E DE FILOSOFIA DAS UNIVERSIDADES E LICEUS



K. Marx — F. Engels

Primeiro texto integral em português traduzido directamente da edição original alemã de 1890, prefaciada e anotada por Engels. Obra básica do socialismo científico em que se explica que a produção económica constitui a base da história intelectual e política; que toda a história tem sido a história da luta de classes, entre explorados e exploradores.



PLENÁRIO E COMÍCIO EM ALMADA

Almada foi, no último fim-de-semana, à semelhança de muitos outros pontos do País, local de encontro de trabalhadores que participaram em iniciativas do Movimento Sindical. A União Distrital dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN promoveu um plenário de delegados sindicais e comissões de trabalhadores e ainda um comício, ambos na Incrível Almadsense. No primeiro, estiveram representados mais de 20 mil trabalhadores da Lisnave, Setenave, Parry & Son, Companhia Portuguesa de Pescas, Sociedade Reparadora de Navios, Proconstrói, Rankins, A.A. Ferreira, J. Caetano, Pliesel Automática, Tecnime e Pão de Açúcar. No plenário e também no comício, de que damos uma imagem da Mesa, foi denunciada a política antipopular do Governo PS e analisada a situação em várias empresas, nomeadamente na Lisnave, ao mesmo tempo que se fazia um apelo firme ao reforço da unidade dos trabalhadores.

Por todo o País

INTENSA MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PROMOVIDA PELOS SINDICATOS

A União dos Sindicatos de Santarém (USS/CGTP-IN) está a realizar até 30 do corrente, plenários de empresa e plenários locais por todo o distrito, «para análise e discussão com os trabalhadores da actual situação político-sindical, nomeadamente as questões das indemnizações, Reforma Agrária, controlo operário, quotização sindical e despedimentos».

Esta iniciativa, que nesse e noutros moldes, se estende às outras Unions sindicais da CGTP-Intersindical Nacional, por todo o País, terminará «com um encontro distrital de dirigentes sindicais, delegados sindicais, comissões de trabalhadores e UCPs, com a duração de um dia, sendo o período da noite aberto a toda a população, em colóquio com a presença das camaradas do secretariado da CGTP-IN. Este encontro terá a sua realização nos primeiros dias de Outubro».

Entretanto, a USS/CGTP-IN efectuou já desses plenários em Abrantes, Caxarias, Cartaxo, Tomar, Alpiarça e Coruche. Hoje, cabe a vez a Almeirim e Alcanena. Amanhã, Benavente e Rio Maior. No dia 26, segunda-feira, Monsanto e Samora Correia. A 27, na Chamusca e em Minde. A 28, em Santana do Mato. A 29 em Torres Novas e Vila Moreira. E a 30 no Entrocamento e Vila Nova de Ourém.

Em todos esses plenários, a ordem de trabalhos será assim constituída: situação político-sindical; legislação recentemente publicada e medidas a tomar; aniversário da CGTP-IN; e informações.

CONTRA A DESTRUIÇÃO DA MDF

Entretanto, num plenário distrital reunido em Santarém, era aprovada uma moção na qual os representantes dos sindicatos, delegações e secções sindicais «repudiam toda e qualquer manobra do Governo que vise a destruição da MDF e, consequentemente, agrave, ainda mais, a já débil economia nacional».

Os trabalhadores reafirmam ainda no mesmo documento que lutarão «por todos os meios ao seu alcance para que não se verifiquem quaisquer despedimentos na MDF (estão previstos mais de mil) e para que sejam postos em prática os projectos de reconversão apresentados pelos trabalhadores e comissões

administrativas».

A moção lembra que «a intervenção estatal na MDF (com a qual o Governo pretende acabar) teve por finalidade impedir que a empresa sucumbisse e deixasse os trabalhadores na situação crítica de desemprego»; que os trabalhadores da MDF «não se pouparam a sacrifícios e esforços, elaborando um plano completo de reconversão, imediatamente reconhecido pelos governantes como trabalho capaz de fazer ressurgir a empresa e ajudar fortemente a recuperação da economia nacional».

A política de despedimentos — sublinha ainda a moção — agora ensaiada na MDF, visa estender-se a todas as outras empresas em relação às quais o Governo não tem capacidade técnica nem política para dar a solução constitucional adequada, salvaguardando os legítimos e inalienáveis direitos dos trabalhadores.»

Entretanto, um dirigente da União dos Sindicatos de Coimbra revelava no decorrer de um plenário na Figueira da Foz, que, desde Janeiro findo, foram despedidos no distrito mais de 1500 trabalhadores — número que peca por defeito, pois nem todos os sindicatos tinham apresentado ainda as conclusões dos inquéritos sobre despedimentos.

E a situação tende a agravar-se, se não se opuser uma drástica barreira aos propósitos do Governo. É o que assinala o secretariado da CGTP-IN, num dos seus últimos documentos sobre as medidas do pacote, afirmando que «ao nível dos direitos e interesses dos trabalhadores» se dará o «aumento dos despedimentos e do desemprego», bem como a «deterioração do poder de compra, do nível de vida e das condições de trabalho».

Nomeadamente, essa situação decorrerá — afirma a CGTP-IN — da «declaração de empresas públicas ou privadas em situação difícil (Decreto-Lei n.º 353-H/77), da suspensão dos contratos individuais de trabalho, permitindo às empresas lançar, na prática, os

1500 DESPEDIDOS EM COIMBRA

trabalhadores no desemprego, sem pagamento de qualquer indemnização, de despedimentos selectivos (por razões políticas ou sindicais), de quadros operários ou sindicais, da devolução das empresas intervenidas ao patronato sabotador e dos despedimentos colectivos em larga escala».

Mas os trabalhadores movimentam-se. As suas organizações promovem o esclarecimento e analisam as formas de luta adequadas a cada situação. No Barreiro, um dirigente da CGTP-Intersindical Nacional denunciava a «forma abusiva como os patrões estão criando uma situação económica cada vez mais difícil, com o objectivo de obrigar o Governo a suspender os Contratos Colectivos de Trabalho».

Em Almada, num plenário da União Distrital dos Sindicatos de Setúbal, era historiada a situação actual, criada pelo Governo aliado à direita e denunciada a política antioperária e antipopular do grupo dirigente do PS e do gabinete Soares à qual é forçoso opor em todo o lado a unidade dos trabalhadores.

Assim, o secretariado da célula do PCP na MDF do Porto faz um apelo a todos os seus companheiros de trabalho para que abandonem

trabalhadores da TAP? — pergunta ainda a Comissão de Trabalhadores denunciando o carácter privilegiado que o Governo atribuiu ao SPAC e à DOV, dando um «aval» à criação de um feudo dentro da companhia».

Escusado será referir que o que aqui está em causa não é a legitimidade das reivindicações justas, nem tão pouco o recurso à greve. O que está em causa são exigências descabidas, comprometendo gravemente o futuro de uma empresa de comprovado interesse nacional e contrariando a posição da grande maioria dos trabalhadores da TAP.

A crise na companhia aérea veio demonstrar mais uma vez a incapacidade do Governo PS aliado à direita para resolver os problemas nacionais mais instantes. Veio provar também que os problemas da TAP têm de ser resolvidos em conjunto com todos os trabalhadores organizados, evitando situações de privilégio e o enfraquecimento do controlo do Estado.

TAP A CEDÊNCIA DO GOVERNO É UM REMENDO PODRE

«Deverão os trabalhadores, doravante, considerar a TAP uma empresa de economia mista, com o Estado e a DOV (Direcção de Operações de Voo) como patrões?» — pergunta a Comissão de Trabalhadores daquela companhia, depois da submissão do Governo PS à atitude antinacional dos pilotos que causou, em três dias, um prejuízo de 200 mil contos a uma empresa nacionalizada.

Voluntariamente afastado do Movimento Sindical, actuando como um organismo de casta, o SPAC é um daqueles «sindicatos» que apresentam um parentesco inquietante com o «sindicato» dos patrões da camionagem de triste memória no Chile.

«Qual teria sido a solução da Comissão Directiva, se o conflito tivesse sido com qualquer outro dos 26 sindicatos representativos dos

MDF do Porto

APELO URGENTE À LUTA COMUM

As ameaças muito claras contra o emprego dos trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira, levaram os trabalhadores comunistas da delegação da MDF do Porto (MDF-DPD) a assumir, num comunicado, uma atitude firme de apelo à luta contra a «passividade e comprometedora» da Comissão de Trabalhadores daquela delegação.

O longo comunicado, que historia as dificuldades da empresa e os esforços dos trabalhadores para as vencerem, afirma a dado passo que a CT da MDF do Porto, ao contrário do que sucedeu com as outras CTs da MDF (Tramagal e Lisboa), se isolou da luta contra a ameaça dos despedimentos e pela reconversão da empresa com a manutenção dos postos de trabalho, arrastando os trabalhadores para uma atitude passiva e «desmobilizando-os com falsas promessas de cunho divisionista».

Por isso, não constitui surpresa o facto de que, «vendo aproximar-se o termo da desintervenção sem que a CT do Porto (MDF-DPD) promovesse qualquer debate sobre o assunto», alguns trabalhadores «tomassem a iniciativa de recolher as assinaturas necessárias para a realização de uma Assembleia Geral (AGT) com a presença da Comissão Administrativa (CA) e das CTs das restantes regiões da empresa», para análise da situação e estudo das diligências a fazer.

«Reagindo despropositadamente e de forma altamente negativa a essa ideia de um debate sério sobre o assunto — prossegue o comunicado — já que seria era a situação, a CT-DPD boicotou essa pretendida AGT, negando-se a deslocar-se a Lisboa por convocação da CA para análise do problema».

A situação não melhorou depois dessa data (Julho findo). Como se a crise da MDF, à qual pertencem os trabalhadores do Porto, decorresse num país longínquo, a CT da fábrica portuense continuou impassível, mesmo depois dos plenários de 1 e 2 de Setembro, no Tramagal e em Lisboa. Procedeu «como se, tudo se referisse a outra empresa», certamente convencida de que «as suas diligências divisionistas feitas algo em segredo junto dos órgãos do poder» surtiriam os efeitos egoístas e anti-solidários que a CT pretendia.

O «não fazer ondas» recomendado pelo MIT não deu, porém, o resultado desejado. Há na MDF do Porto trabalhadores interessados em participar na luta comum contra os despedimentos, certos de que todos serão afectados, se a intenção do Governo não encontrar pela frente a firme barreira da unidade.

Assim, o secretariado da célula do PCP na MDF do Porto faz um apelo a todos os seus companheiros de trabalho para que abandonem

a passividade perante a situação da empresa, pois é o seu emprego que está em jogo, e deixem de dar o seu aval à posição comprometedora da CT. «E com firmeza que assumimos esta atitude — declaram os nossos camaradas da MDF do Porto. «Tudo fizemos para evitar esta nova intervenção, na tentativa de retirar argumentos a uma determinada tendência política, segundo a qual estaríamos a introduzir o divisionismo entre os trabalhadores. Mas como os comunistas não traem os seus camaradas de trabalho, estejam eles onde estiverem e seja qual for a ideologia política de cada um, sempre

lutaram e lutarão pela efectiva unidade dos trabalhadores para melhor resistirem às forças que os querem dividir para melhor os explorarem».

A declaração da MDF em situação económica difícil, no Conselho de Ministros de 15 do corrente, deve alertar todos os trabalhadores da fábrica do Porto para a necessidade imprescindível de se juntarem aos seus companheiros de trabalho contra as medidas que os atingirão a todos.

«Que o provérbio «casa roubada, trancas à porta» seja banido por todos os trabalhadores para salvaguarda da sua própria sobrevivência», é o voto confiante dos camaradas do Porto.

«Continuar a luta, empresa por empresa, onde o ACT/PRT ainda não estiver a ser cumprido» foi a decisão tomada pelos sindicatos do sector hoteleiro depois da greve, cuja adesão de cerca de 85 por cento a nível nacional demonstra a unidade na acção empreendida e a correcção dos objectivos a alcançar.

«A um dia da realização da greve — refere um comunicado das federações e sindicatos do sector — assistiram os trabalhadores a mais uma pirueta das associações patronais que vieram, publicamente, através de documentos publicados nos órgãos de comunicação social, como publicidade paga, negar aquilo que durante cinco meses não deixaram de fazer: aconselhar as empresas ao não cumprimento do ACT/PRT».

Agora, depois da greve, preocupam-se as associações patronais em «esclarecer que nunca aconselharam a não pagar».

O comunicado desmente esta última afirmação. Como prova, as associações sindicais apresentam uma fotocópia de uma circular da Associação dos Industriais da Hotelaria do Centro. Designadamente, nela se aconselha «os associados a não praticarem as tabelas salariais».

A greve, que os sindicatos consideram «uma grande vitória da classe», foi um aviso bem claro de que os trabalhadores não recuarão na exigência legal do que lhes é devido em matéria salarial e de relações de trabalho. Perante a ofensiva patronal, que se prepara para entrar nos despedimentos em massa, os sindicatos «desejam declarar, desde já e sem equívocos, que qualquer tentativa de despedimento encontrará

resposta imediata e adequada dos trabalhadores que impedirão que tal política se consuma».

Esta greve reduzida a dois períodos de quatro horas e efectuada apenas nas empresas que não cumpriam o contrato (nas outras a paralisação de 15 minutos teve carácter simbólico como afirmação de solidariedade), foi maduramente analisada. Os sindicatos só se decidiram por ela depois de esgotadas outras formas de actuação.

Decretaram-na «no exercício indeclinável do seu dever de defesa e representação dos direitos e garantias dos seus associados e, em particular, neste momento, como meio insubstituível de lutar pelo cumprimento do ACTV/PRT em vigor desde Abril findo», afirmavam as 26 associações sindicais, incluindo 6 federações, que subscreveram o comunicado da greve.

O patronato e o Governo devem considerar como um

Regulamentação das CTs

O CR RECUSA LEI ILEGAL

Peça mestra da contra-revolução legislativa, a denominada «regulamentação das Comissões de Trabalhadores» foi declarada inconstitucional pelo Conselho da Revolução.

Esta decisão implica o regresso do decreto à Assembleia da República e, consequentemente, a sua não promulgação na forma em que se encontra.

As vozes da direita e de toda a reacção, que se acolhem aos jornais veneradores da ofensiva contra os direitos constitucionais pretendiam minimizar o alcance daquela decisão do CR, como se apenas o processo eleitoral imposto às CTs estivesse em causa. Mas não. O que está em

causa é todo o diploma. É a sua tentativa, frustrada por agora de reduzir a importância e o alcance das organizações dos trabalhadores e de todo o movimento operário e popular na vida nacional. Assim, o decreto terá de ser revisto de alto a baixo de modo a proteger as liberdades constitucionais e não a atacá-las pela via legislativa.

Para merecer a promulgação constitucional, o decreto deverá ser submetido às mesmas vias legais, depois de discutido e alterado. Mas como na AR se mantém a aliança de direita que o aprovou, resta lembrar que, para os trabalhadores organizados a legalidade é diferente do legalismo e que uma lei «legal» não pode ser cumprida.

A GREVE DO SECTOR HOTELEIRO TEVE FORTE ADEÇÃO NACIONAL

• Sério aviso ao patronato e ao Governo. Nem um despedimento será tolerado

«Continuar a luta, empresa por empresa, onde o ACT/PRT ainda não estiver a ser cumprido» foi a decisão tomada pelos sindicatos do sector hoteleiro depois da greve, cuja adesão de cerca de 85 por cento a nível nacional demonstra a unidade na acção empreendida e a correcção dos objectivos a alcançar.

«A um dia da realização da greve — refere um comunicado das federações e sindicatos do sector — assistiram os trabalhadores a mais uma pirueta das associações patronais que vieram, publicamente, através de documentos publicados nos órgãos de comunicação social, como publicidade paga, negar aquilo que durante cinco meses não deixaram de fazer: aconselhar as empresas ao não cumprimento do ACT/PRT».

Agora, depois da greve, preocupam-se as associações patronais em «esclarecer que nunca aconselharam a não pagar».

O comunicado desmente esta última afirmação. Como prova, as associações sindicais apresentam uma fotocópia de uma circular da Associação dos Industriais da Hotelaria do Centro. Designadamente, nela se aconselha «os associados a não praticarem as tabelas salariais».

A greve, que os sindicatos consideram «uma grande vitória da classe», foi um aviso bem claro de que os trabalhadores não recuarão na exigência legal do que lhes é devido em matéria salarial e de relações de trabalho. Perante a ofensiva patronal, que se prepara para entrar nos despedimentos em massa, os sindicatos «desejam declarar, desde já e sem equívocos, que qualquer tentativa de despedimento encontrará

resposta imediata e adequada dos trabalhadores que impedirão que tal política se consuma».

Esta greve reduzida a dois períodos de quatro horas e efectuada apenas nas empresas que não cumpriam o contrato (nas outras a paralisação de 15 minutos teve carácter simbólico como afirmação de solidariedade), foi maduramente analisada. Os sindicatos só se decidiram por ela depois de esgotadas outras formas de actuação.

Decretaram-na «no exercício indeclinável do seu dever de defesa e representação dos direitos e garantias dos seus associados e, em particular, neste momento, como meio insubstituível de lutar pelo cumprimento do ACTV/PRT em vigor desde Abril findo», afirmavam as 26 associações sindicais, incluindo 6 federações, que subscreveram o comunicado da greve.

O patronato e o Governo devem considerar como um

aviso a elevada consciência dos trabalhadores da hotelaria, que levantaram um protesto justo, sem um incidente, cumprindo as directivas dos seus sindicatos e a lei que os protege na defesa dos seus direitos. Perante esse aviso é a altura do patronato atentar seriamente no cumprimento dos seus deveres, que, neste caso, estão expressos num contrato com força de lei. Assim o exigem os trabalhadores, sem prejuízo para a economia nacional.

Na Joaquim F. dos Santos

MAIS UMA ARBITRARIEDADE DE UM GOVERNO INCAPAZ

Hoje, esta empresa encontra-se reestruturada e redimensionada, em condições de produzir, facturar, cobrar e liquidar as suas dívidas presentes, futuras e passadas. A empresa aqui referida é a Joaquim Francisco dos Santos — uma das intervenções que o Governo manobra para devolver ao patrão. As palavras são do capitão Carlos Valença Leitão que, por ordem do Conselho de Ministros, foi afastado do lugar de coadjutor do delegado do Governo na empresa.

A Comissão de Trabalhadores, protestando contra essa decisão e pedindo

que Valença Leitão seja readmitido, fez chegar uma exposição à Presidência da República com fundamento numa moção aprovada em plenário de trabalhadores, que considerou aquela afastamento «uma medida arbitrária, prejudicial aos interesses imediatos do funcionamento da empresa e das suas relações técnicas e comerciais».

Veiga Leitão, que não pôde participar no último plenário, enviou aos trabalhadores da empresa uma comunicação onde afirma a dado passo que a JFS funciona hoje «bastante melhor do que quando a entidade patronal a fechou».

Sendo assim, comprovadamente, pois a empresa utiliza hoje «quase 100 por cento da actual capacidade técnica e humana», quem «pretende destruir esta unidade económica, dividir os trabalhadores e colocar 1500 pessoas sem pão»? A esta pergunta, que ele próprio formula, responde implicitamente o capitão Veiga Leitão ao designar a incapacidade do Governo, que assina de cruz, sem se importar com situações que agravarão a crise económica nacional, ao mesmo tempo que a invoca sempre que lhe interessa utilizá-la contra os direitos dos trabalhadores.

A VENDA NOS CENTROS DE TRABALHO

COLEÇÃO RESISTÊNCIA (8)

OS MEUS 7 FILHOS

Renato Nicolau Alcide Cervi

Preço 80\$00

Editada em mais de 15 países
Uma obra considerada uma das mais elevadas expressões literárias da
RESISTÊNCIA ITALIANA

edições Avante! a distribuição

A VENDA NAS LIVRARIAS

edições Avante!

CLASSE OPERARIA PARTIDO E POLITICA DE ALIANÇAS

Dietrich Klement Kurt Schneider Gisela Prerad

A Unidade não se impõe — cria-se, constrói-se, na base do reconhecimento dos interesses fundamentais que são comuns a todos os trabalhadores e da revolução permanente do desenvolvimento da Sociedade Portuguesa.

Esta obra baseia-se na experiência da Classe Operária de RDA e do PSUA na construção do Partido do Movimento Popular de Massas por meio da sua política de alianças. Uma experiência a utilizar como material de reflexão por todos os democratas portugueses.

Preço 70\$00

a distribuição

edições Avante!

Konstantine Zaródov

A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantin Zaródov estuda a essência e conteúdo da época contemporânea, os problemas da construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, detendo-se na análise das três forças revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

JÁ A VENDA NAS LIVRARIAS

Preço: 90\$00

a distribuição

AMANHÃ

Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NESTE NÚMERO: A importância do desenvolvimento do trabalho ideológico • Grandiosa festa popular • Promoção Conquistas de Abril • Problemas de organização dos intelectuais e quadros • Lutemos paciente e persistentemente para que os camaradas cumpram as condições para se ser membro do Partido • Experiências e ensinamentos de um curso de formação ideológica •



Em Torres Vedras

800 AGRICULTORES E RENDEIROS NÃO DESISTEM DA LUTA

Os pequenos e médios agricultores e rendeiros, reunidos no Encontro de Torres Vedras, em 18 de Setembro de 1977, por

convocação da Liga de Torres Vedras, apelam a todos os rendeiros para que não paguem o terço que os senhores ricos pretendem

ilegalmente novamente impor e mantenham firmeza na defesa dos contratos escritos já existentes. Em relação aos rendeiros que não têm contrato, o Encontro afirma a necessidade dos rendeiros exigirem a sua redução a escrito, como é seu direito. Esta uma das moções aprovadas no Encontro de Torres Vedras, realizado no passado domingo, que reuniu cerca de 800 pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, os quais participaram activamente no debate de problemas que actualmente enfrentam.

Esta moção que, tal como todas as outras aprovadas no decorrer dos trabalhos, será enviada ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao Governo e aos órgãos da Informação, dá, só por si, o tom de contestação à famigerada "lei" do Arrendamento Rural da autoria do PPD/PSD e aprovada na Assembleia da República por conluio deste partido com o PS e com o acordo do CDS. Numa outra moção, o repúdio por este diploma que os rendeiros denominam por "lei do arrendamento dos senhores ricos" manifesta-se ainda mais

claramente não só porque "ela ofende os princípios constitucionais, indo ao encontro dos interesses daqueles que durante muitos anos exploraram os rendeiros e arruinaram a agricultura portuguesa, desprezando os legítimos interesses daqueles que produzem", como ainda porque "não teve em conta a opinião manifestada pelas organizações dos rendeiros em abaixo-assinados e nomeadamente durante o debate na Assembleia da República. Por tudo isto, o Encontro apelou para "todos os pequenos e médios agricultores e rendeiros para que se inscrevam e reforcem cada vez mais a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, como condição de defesa dos seus direitos".

PREÇOS DO VINHO NÃO SERVEM OS INTERESSES DOS AGRICULTORES

Outra questão debatida diz respeito aos preços do vinho da actual campanha. Tendo em conta que o preço dos sulfatos aumentou sensivelmente, assim como o aluguer dos tractores (de 200\$00 para 300\$00) e que a colheita do vinho este ano é inferior em dois terços à do ano passado, os preços oficiais anunciados não servem os interesses do agricultor. Por isso mesmo, o Encontro decidiu que "a direcção da Liga entre em imediata negociação com a Junta Nacional dos Vinhos no sentido da defesa dos legítimos interesses dos pequenos e médios agricultores e da economia nacional. Caso os seus interesses não sejam satisfeitos, os pequenos e médios agricultores voltarão a ficar nas mãos dos intermediários e especuladores, responsabilizando desde já a JNV e o governo pelo inevitável surto de vinho a martelo que surgirá, agravando ainda mais a economia nacional".

O ambiente vivido durante os trabalhos, a atmosfera de intervenção e de interesse são um índice da participação crescente dos pequenos e médios agricultores na defesa das questões que, por dizerem directamente respeito ao seu trabalho e à sua vida, não podem ser indiferentes à economia nacional e ao futuro da democracia. Se cada um dos 800 pequenos e médios agricultores presentes no Encontro, for na sua terra, na sua aldeia, no seu lugar um porta-voz do que ficou discutido e decidido, será, simultaneamente, um propagandista das vantagens da associação da classe nas Ligas, mais uma voz e uma vontade, arrastando outras vozes e vontades, na defesa das massas populares, na defesa da democracia.

NOTÍCIAS DA LUTA NOS CAMPOS

Na Cooperativa «Unidade do Povo», jornada de apoio saldase em 830 grades de tomate.

Cerca de 21 000 quilos em 830 grades de tomate, eis o resultado imediato de uma jornada de trabalho realizada na Cooperativa «Unidade do Povo» — Figueiras-Bilrete, em Salvaterra de Magos, por militantes e simpatizantes do PCP e por homens e mulheres progressistas, sem filiação partidária. Mas para além deste resultado imediato, um outro ainda mais importante se revela através destas jornadas de apoio: a da unidade que se reafirma, a da aliança que se fortalece na defesa da Reforma Agrária e, portanto, do processo democrático.

Desta unidade precisamos bem os trabalhadores da «Unidade do Povo», eles também ameaçados de desemprego e de fome pois se a Lei Barreto é aplicada a sua Cooperativa conta-se na longa lista das que dificilmente sobreviverão à nova partilha de terras pelos senhores agrários exploradores e reaccionários. Constituída a 8 de Março de 1975, esta cooperativa tem enfrentado problemas de crédito depois do Governo chamado Constitucional ter apostado a destruição da Reforma Agrária. Ainda recentemente os trabalhadores da «Unidade do Povo» viram o crédito para o desenvolvimento pecuário ser-lhes inexplicavelmente cortado. Se a Cooperativa for destruída, o destino dos trabalhadores será, como no passado, a falta de trabalho, o abandono das terras, a miséria nos lares.

Quem consentir nesta ameaça ao futuro dos trabalhadores e do país?

Em que podem confiar os produtores de batata?

Problemas relacionados com o sector motivaram uma reunião de produtores de batata das regiões Norte e Centro e têm provocado vários movimentos reivindicativos que «atrapalham» as alçadas demagógicas do ministro Barreto em deambulação, várias vezes interrompida, por terras de Trás-os-Montes.

O mal-estar dos produtores de batata faz-se sentir particularmente a norte do Tejo, região onde se colhe 97 por cento da produção nacional. As exigências fundamentais destes produtores são: a fixação de um preço justo de aquisição da batata à produção, estudo de medidas capazes de permitirem a exportação de batatas nos anos em que, como presentemente, haja excesso do produto e a garantia do abastecimento da batata de semente. Os produtores insurgem-se ainda contra a medida governamental de importar batata de Espanha, prática utilizada pelo fascismo, enquanto a batata nacional ameaça apodrecer, a não ser que os produtores a vendam «ao preço da chuva» aos intermediários que, aproveitando-se da fatura da produção e das dificuldades de escoamento, não hesitam na imposição de anarquia de preços e da especulação.

Perante a movimentação dos produtores de batata, a Junta Nacional de Frutas, por decisão do Governo, diz que vai garantir ao produtor, a partir de Outubro, um preço justo para a batata de consumo. Concretizar-se-á esta promessa? Eis o que

perguntam a si próprios os produtores de batata.

Atenção às populações que pretendem retomar os baldios que o fascismo lhes roubou!

Num comunicado público, a Agrinova, Comissão de Apoio aos Agricultores das Beiras, informa as populações que para lhes serem entregues os terrenos baldios é necessária a realização das assembleias de compartes e a eleição do respectivo conselho directivo até ao próximo dia 30 de Setembro. A Agrinova, que está à disposição das populações para todas as informações relativas ao processo de entrega dos baldios, na Av. Fernão Magalhães, 87, 3.º, em Coimbra, recorda neste documento que: «os baldios são fomentadores de riqueza que o Estado fascista subtraiu ao povo, impedindo assim que essa riqueza beneficiasse as populações que a ela tinham direito. Riqueza que administrada pelos compartes será aplicada com justiça para melhoria das localidades e em benefício das populações».

«O Decreto-Lei n.º 38/75 de 19 de Janeiro, mais conhecido pela Lei dos Baldios, determina a entrega desses terrenos às comunidades que deles foram desapossadas pelo Estado fascista, satisfazendo assim uma antiga e permanente reivindicação das populações. Pretende-se também que com a restituição se institucionalize a organização democrática local a que são reconhecidos amplos poderes de decisão.»

A concluir, acrescenta a Agrinova:

«Existem já muitos

escritório, nas lojas ou nos campos. Como salienta a Comissão de Trabalhadores da FISIFE, fibras sintéticas de Portugal, manifestando o seu protesto sobre a actuação repressiva e anticonstitucional do Governo, «tal como o proletariado rural também o operariado industrial está disposto e interessado em participar de forma activa na urgentemente necessária recuperação económica do País.»

Desta unidade na luta tem nascido o grande movimento de solidariedade para com os trabalhadores da «22 de Julho» e para com todos os que defendendo a Reforma Agrária, defendem a democracia. Entre as últimas expressões de apoio incluem-se a da União dos Sindicatos de Santarém, a de diversas empresas de Lisboa e Setúbal e a do Sindicato da Actividade Cinematográfica.

E porque os objectivos da luta por trabalho, pão e liberdade não pertencem a um povo mas antes são aspiração compartilhada por todos os trabalhadores do mundo, não é de espantar que de longe venha também a solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária. Assim, a Federação Geral da Agricultura-CFDT, central sindical francesa, num telegrama enviado à CGTP-Intersindical protesta contra as brutalidades policiais de que foram vítimas os assalariados agrícolas de Évora e reafirma «a sua solidariedade na luta que os assalariados agrícolas portugueses desenvolvem pela manutenção das suas conquistas», informando que fará «conhecer o seu protesto a diversas organizações sindicais e políticas, de forma a apoiar a acção colectiva dos

encontra à altura de responder ao aumento dos efectivos pecuários verificado nos últimos dois anos.

Para se ter uma ideia mais aproximada da gravidade da situação, citemos o que se passa com o Centro Agro-Pecuário de Tarouca, no Vale de Varosa, distrito de Viseu, considerado exploração modelo onde se enfrenta, neste momento, a iminência de deixar gado morrer à fome ou de abatê-lo. Este Centro engloba explorações como a Associação de Agricultura de Grupo a Socaprol e a Sociedade Agrícola Progresso dos Irmãos Unidos Lda. com um efectivo pecuário de cerca de 2400 cabeças: 2150 porcos, 70 vacas leiteiras, 30 novilhas e 130 novilhos de engorda.

Importa-se carne enquanto os bovinos da produção nacional esperam vez para serem abatidos...

No Matadouro Municipal do Porto — e porventura não apenas neste —, verifica-se uma situação curiosa: ultrapassa 8 400 o número de bovinos à espera de vez para serem abatidos. Dado que o ritmo de abate é de 350 carcaças que são fornecidas semanalmente para venda ao consumidor, a totalidade dos bovinos inscritos só será abatida em meados de Dezembro. Este atraso vem trazer, como é óbvio, sérias dificuldades aos pequenos e médios produtores.

Esta situação, absurda num País que se vê obrigado a importar carne, resulta ainda da política «esclarecida» do ministro Barreto que



Conselhos directivos de baldios em funcionamento, o que assegura a defesa dos interesses comunitários e que discutem com a assembleia de compartes, entre outros assuntos, como administrar os produtos dos baldios.

Trabalhadores agrícolas portugueses.

Determinou que se limitasse a oito o número de matadouros do Norte onde os agricultores podem inscrever gado bovino para compra e abate pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários (no Porto são apenas dois os matadouros onde isto é possível). Deste modo prejudica-se a produção e o consumo e vem dar-se um vasto campo de especulação aos intermediários que têm a possibilidade de adquirirem reses em regime de auto-abastecimento e recorrem ao abate paralelo de reses compradas baratas à produção que se debate com a falta de pastos e que vendem ao preço que muito bem entendem.

Apesar das promessas do Governo, continuam a faltar rações para gado

Em várias regiões do País, e particularmente no Baixo Alentejo e Algarve, agrava-se a falta de rações e que levanta grandes dificuldades aos produtores de gado, verificando-se já casos de produtores que alimentam o gado suíno apenas uma vez por dia. As consequências desta situação, a prolongar-se, serão a quebra da produção nacional de carne e de leite o que provocará sérios prejuízos a todo o sector e à economia nacional.

A escassez das rações deriva da escassez de matérias-primas para o seu fabrico, nomeadamente da cevada e da aveia. Este problema é agravado com a falta de medidas governamentais de reestruturação da indústria de rações que não se

Segundo técnicos e agricultores, esta situação só pode ser solucionada se o Governo tomar medidas no sentido de limitar os abates em regime de auto-abastecimento e, paralelamente, permitir o abate das reses inscritas nos matadouros, na base dos preços de garantia estabelecidos pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

PROSSEGUE A OFENSIVA DO MAP CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

Servindo-se e utilizando a GNR, o MAP e o Governo PS prosseguem os seus ataques contra as UCPS e Cooperativas Agrícolas. Na linha da ofensiva em curso incluem-se agora zonas do distrito de Évora, onde terras, gado e alfaias são tiradas aos trabalhadores e entregues aos agrários exploradores.

É o que acontece neste momento na UCP do Reguengo, em Pavia, na UCP «A Luta é de Todos», em Mora, na UCP «Liberdade», em Graça do Divor, na UCP «6 de Agosto», em Arraiolos.

A ofensiva iniciou-se no primeiro dia desta semana. Os meios repressivos expostos como forma de intimidação revelam bem a fraqueza profunda do Governo PS, o seu desenraizamento das massas populares, o seu desprestígio crescente. Nas estradas do concelho de Pavia, a GNR tomou posições cerca das 7 horas de segunda-feira; cerca das 10 h e 45 m dois caças a jacto sobrevoaram a zona e depois do meio-dia,

um forte contingente da GNR transportando-se em jeeps e em *Shorland* e um helicóptero invadiram as terras da UCP do Reguengo.

Seguir-se-iam pouco depois seis técnicos da Comissão de Gestão Transitória do Perímetro do Vale do Sorraia e elementos da GNR a cavalo e cães-polícias que iniciaram o reconhecimento do perímetro da reserva. Isto perante cerca de três mil trabalhadores de UCPS e Cooperativas Agrícolas de Cabeção, Pavia, Brotas, Mora, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Aviz e Montargil que, desde o início da madrugada, se concentravam no monte do Reguengo onde permaneceram até cerca das 17.30 horas.

Do que esta reserva representa falam os seguintes factos: a sua pontuação ultrapassa em muito a pontuação prevista para reservas e ainda em muito a pontuação que os técnicos lhe atribuem de modo

a «justificar» mais esta violência ilegal; a demarcação desta reserva que vai extorquir à UCP as melhores terras de regadio, 40 hectares e 160 terras de sequeiro, significa não somente o desemprego mas a destruição da própria UCP.

Entretanto, na UCP «A Luta é de Todos», técnicos sob a protecção da GNR invadiram duas herdades donde tiraram 15 vacas, dois bezeros e diversas alfaias agrícolas e na UCP «Liberdade», de Graça do Divor, o sangue saía-se em 14 novilhas.

No mesmo dia em Cabeção, cerca de três mil trabalhadores realizaram um plenário e um desfile pelas ruas: nesta manifestação, nas palavras ditas, nas queixas indignadas que se ouviram, nos rostos firmes lia-se a mesma decisão: não consentir que o passado invadido de novo as terras do Alentejo; resistir, com firmeza e serenidade, contra a repressão, a ilegalidade, pela salvaguarda do trabalho, do pão e da democracia.

FESTA DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SUCEDEU EM SETÚBAL

Em Setúbal sucedeu, no passado domingo, dia 18, uma jornada de trabalho, uma jornada de solidariedade que constituiu uma manifestação do exército dos homens e mulheres trabalhadoras que estão com a Reforma Agrária. Proposta pelas Uniões das Cooperativas do distrito de Setúbal, a «Horizonte Novo» de Alcácer do Sal, a «Promoção Camponesa» de Grândola, a «Seara Vermelha» de Santiago do Cacém, e a «Unidade Camponesa» do norte do distrito, com o apoio da União dos Sindicatos e da CRARA de Setúbal, esta jornada excedeu as expectativas dos organizadores, que viram inundar-se de gente, das fábricas e escritórios da cidade, os campos de Setúbal onde o tomate e a uva corriam riscos de deteriorar-se dado o seu estado de maturação se

não fossem rapidamente colhidos. Mãos de operários e de outros trabalhadores, mãos pouco habituadas ao labor dos campos, mas sabendo bem o ritmo da solidariedade e da unidade, colheram no passado domingo, nas cooperativas de Setúbal, muitas toneladas de tomate. Foram mãos de homens, mulheres e crianças vindos de Almada, Setúbal, Barreiro, Lavradio, Moita, Montijo, Lisboa, que ajudaram na tarefa da colheita de cerca de 4 mil toneladas de tomate numa área aproximada de 200 hectares, para a qual não chegavam os braços do pessoal das cooperativas e dos pequenos e médios agricultores. Sim, porque também às terras dos pequenos e médios agricultores chegaram os braços dos trabalhadores da cidade, dizendo-lhes que

a vontade de fortalecer uma aliança se exprime também através do trabalho. Por decisão dos trabalhadores da fábrica de concentrado «ECA», tudo na empresa estava a postos para ir recolhendo o tomate que, mal apanhado, era logo encaminhado para a «ECA». Deste modo, serão assegurados os postos de trabalho da empresa e de outras que veiam em riscos o seu funcionamento se a matéria-prima, o tomate, se deteriorasse nos campos.

Festa do trabalho, festa da solidariedade, sucedeu em Setúbal. Para mostrar a todos que a unidade de classes é isto mesmo, para demonstrar a quantos atacam a Reforma Agrária que ao fazê-lo não combatem apenas os trabalhadores do campo mas escolhem como inimigo todo o povo.

edições Avante!

(RI)

A AGRICULTURA NOS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA

J. Flavien A. Lajolte

Pedidos a CDL - Central Distribuidora Livreira - R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1

À venda nos Centros de Trabalho

Produtores protestam

UMA TERCEIRA CATEGORIA DE LEITE SÓ BENEFICIA OS INDUSTRIAIS

No decurso de reuniões de produtores de leite realizadas na passada sexta-feira e no domingo à tarde e à noite, respectivamente em Vilar de Mouros, Caminho e na freguesia do Campo, concelho de Vila Nova de Cerveira, foram aprovadas moções dirigidas ao Presidente da República, Conselho da Revolução e ministro da Agricultura e Pescas reclamando a revogação da Portaria 431/77, de 16 de Julho do corrente, que «ressuscitou» o leite «C», pago ao preço ruinoso de três escudos por litro.

Os participantes nas reuniões reclamaram ainda o severo castigo dos mixordeiros e apoio técnico-sanitário do Governo aos pequenos e médios produtores. Entretanto, as Ligas de Caminha e Viana do Castelo, bem como a pró-liga de Vila Nova de Cerveira puseram a circular entre os camponeses e abaixo-assinados com o mesmo objectivo.

Além de lesar seriamente os interesses dos pequenos e médios agricultores, a existência de três tipos de leite favorece exclusivamente os industriais de lactínios e constitui um verdadeiro freio ao desenvolvimento da produção de leite nacional.

Recorde-se que, por isso mesmo, o IV Governo Provisório decidiu em Maio de 1975, extinguir a classe «C», passando a existir somente duas categorias de leite — a classe «A» para o consumo e a classe «B» para a indústria.

com alguns apaniguados da CAP aplaudiram a decisão do ministro Barreto de fazer ressuscitar o leite «C», para o qual fixou o preço de três escudos por litro.

Claro que o MAP tentou lançar uma cortina de fumo

demonstra precisamente o contrário. Somente os industriais beneficiaram com a decisão do ministro Barreto. Em numerosas localidades, os produtores viram o seu leite ser desclassificado e pago a um preço que nem sequer cobre os custos de produção; não obstante manterem o mesmo tratamento das vacas e os cuidados com o leite.

É necessário que as reivindicações formuladas pelos produtores de leite sejam rapidamente atendidas. De contrário, a manter-se em vigor a Portaria, registar-se-ão enormes prejuízos para a nossa economia. Por outro lado, ninguém mais do que os pequenos e médios produtores de leite está interessado numa rigorosa fiscalização e no combate firme aos mixordeiros.

Por último, não poderão cair em custo roto as medidas reclamadas pelos produtores ao Governo, no que diz respeito a apoio técnico, ordenhas mecânicas, tanques de refrigeração e tratamento dos animais. São exigências que, além de darem um importante contributo para o associativismo, terão reflexos grandes na melhoria da situação económica dos pequenos e médios produtores e na própria economia nacional.

O LEITE E O «CABAZ»

Quando o Governo PS decretou o famigerado «cabaz de compras» estabeleceu o preço de venda ao público do leite ultrapasteurizado em 12\$50 o litro.

Sucedeu que em muitas lojas este produto já é vendido a 13\$00, ou mesmo a 13\$50. E alguns comerciantes fazem-no já descaradamente, recusando-se a vender quando o cliente protesta. Para que serve, pois, o «cabaz»? Para benefício do consumidor

não é, como se constata. E qual o papel dos comerciantes honestos que respeitam as margens de lucro estabelecidas quando têm de pagar os mesmos impostos que os seus colegas especuladores? Permitir situações deste quilate é favorecer, descaradamente, a corrupção e a especulação, no que o Governo do Partido Socialista se tem mostrado hábil, como se verifica quase todos os dias.

Todavia, em Julho, no âmbito da política de recuperação agrária, os responsáveis do MAP decidiram fazer mais um frete aos grandes industriais de lactínios que, juntamente,

para esconder o verdadeiro objectivo da sua decisão, procurando apresentá-la como visando melhorar a qualidade e a higiene do leite. A experiência passada e presente dos produtores

AMADORA-MUNICÍPIO EM PERSPECTIVA

Tomou posse no passado dia 15, no Salão Nobre do Ministério da Administração Interna, a Comissão Instaladora do Município da Amadora, constituída nos termos da Lei n.º 22/77, publicada em Abril do corrente ano.

A passagem da Amadora a concelho é uma profunda e antiga aspiração da população daquela freguesia. O seu reconhecimento por parte das entidades oficiais representa pois uma vitória das massas populares.

Contudo, a criação do novo município, por si só, não trará qualquer benefício significativo à população se não forem criadas as condições necessárias para a resolução dos graves problemas que afectam a mais populosa freguesia do país.

De facto, apenas por demagogia e oportunismo político, na desenfadada caça ao voto, se pode afirmar, como o fez o CDS num comunicado distribuído em Outubro de 1976, que a passagem da Amadora a concelho «vai proporcionar à sua população a existência de um centro hospitalar»; vai resolver o problema da habitação, criar zonas verdes, áreas de diversão, espaços livres, etc. Ouvindo o CDS pensar-se-á que basta existir uma lei que determine que a partir do dia tantos de tal mês a existir o concelho da Amadora para se acabarem os bairros da lata,

para as casas de habitação começarem a brotar do chão como os cogumelos, para que todos os problemas de infra-estruturas fiquem resolvidos, como se um município de uma varinha de condão se tratasse!

Outro tanto se poderá dizer do PS que em Maio de 1975 se lembrou de repente de começar a gritar «Queremos a Amadora como concelho, já!». Este partido chegou mesmo a fazer uma manifestação junto ao Ministério da Administração Interna, ignorando por absoluto o trabalho que nesse sentido foi realizado desde

meados de 1974 pelas Comissões de Moradores da freguesia com o apoio das Comissões Administrativas das Autarquias locais.

Curiosamente, nenhum destes partidos (mais o PPD que também aderiu à manifestação «Já!» do PS) se preocupou sequer com a participação popular na concretização dessa tão profunda aspiração. Falaram e exigiram o novo município ignorando por completo os problemas de fundo que não se resolvem por decreto.

organismos responsáveis os fundamentos da necessidade premente da passagem a concelho.

UM BLOCO DE CIMENTO QUE FOI CRESCENDO

Conhecida como um dos principais dormitórios da capital, a Amadora tornou-se aos poucos num bloco de cimento que foi crescendo, abrangendo sempre mais e mais gente atraída por Lisboa e forçada a sair de Lisboa.

Será possível fazê-lo sem ter em conta os sentimentos dessa mesma população? Pensamos que que não.

Amadora concelho, sim. Mas que concelho? Com que área geográfica? Quais as freguesias que deverão passar a ficar ligadas à Amadora? Sem a análise e o estudo profundo das povoações que rodeiam a Amadora e estão distribuídas por três concelhos diferentes (Oeiras, Loures e Sintra) não será possível chegar a resultados satisfatórios. E quando se fala

Terreiro do Paço? Com que fundos se construirão o hospital, as escolas, os centros de convívio?

De que servirá estudar e criar uma rede de estradas se se continuar a verificar o afluxo crescente desta zona para Lisboa? Basta dizer que em 1970 mais de vinte mil pessoas se deslocavam diariamente da Amadora para a capital! A questão dos transportes sem dúvida que é importante, mas não é certamente a principal. O problema de fundo está na criação de novos postos de trabalho que descongestionem Lisboa; está no desenvolvimento do parque industrial, comercial e de serviços que não devem nem podem continuar eternamente a estar centralizados numa cidade ultra-sobrecarregada.

A criação de um novo concelho, seja onde for, só poderá ter significado se traduzir efectiva descentralização. É por isso que o problema não pode ser desligado dos problemas adiados que se relacionam com os órgãos de poder local.

Já entrou em funções a Comissão Instaladora do Município da Amadora. Os resultados do seu trabalho, que deverão ser apresentados à Assembleia da República, deverão ter o aval das populações interessadas. A menos que se pretenda repetir o triste exemplo de Almada, passada a concelho por via administrativa, com tudo o que de negativo daí resulta.

Se uma vontade séria anima os que agora estudam a questão, o debate dos problemas deverá ir às Assembleias Municipais e de Freguesia a quem deverão ser dados os meios de procurar junto da população organizada as soluções que mais convêm à comunidade. E sem esquecer também os Conselhos Municipais, cuja entrada em funcionamento se impõe, nomeadamente quando estão em causa problemas como este, que tocam toda a população.

Em Portugal há muitas outras Amadoras a resolver. A experiência que agora se inicia poderá ser um exemplo. É certamente, desde já, o reconhecimento implícito das profundas alterações que o desenvolvimento das últimas décadas impõe à divisão administrativa do país. O que leva imediatamente a outra questão de fundo — as Regiões Administrativas.

Enquanto não estiver o município da Amadora a institucionalização dos órgãos do poder local, as soluções para os casos pontuais não passarão de simples «remendos».

Tal como a população da Amadora soube lutar e impor a sua justa aspiração, também as massas populares de todo o país, através das suas organizações representativas, acabaram por fazer cumprir a Constituição da República, que consagra a importância do poder local.

Estrutura da população residente por idades (amostragem)		
0 aos 14 anos	25,99%	1970
15 aos 59 anos	64,64%	1970
60 e mais anos	9,37%	1970
Trabalhadores que trabalham fora da freguesia		
Direcção Lisboa	22 645	1971
Direcção Sintra	1 910	1971
Total	24 555	
Trabalhadores que se deslocam para a freguesia		
De Lisboa	1 276	1971
De Sintra	2 094	1971
Habitação		
Necessidades de alojamento	17 000	
Clandestinos	7 000	
Partes de casa (sublocação)	24 000	
Total		
Ensino		
Creches	Necessidades	Existências
Crianças a servir (2770)	56 unid.	3
Pré-primária a escolarizar (7386)	124 unid.	6
Primária a escolarizar (19 664)	665 salas	165
Ciclo Preparatório a escolarizar (7523)	8 unid.	4
Secundário a escolarizar (7797)	6 unid.	1

O TERRORISMO TEM DE CESSAR NOS AÇORES

Para alguns os Açores estão longe, para alguns os Açores são apenas notícia quando as suas terras abalam sob as bombas reaccionárias. Durante o resto do tempo parece que os habitantes daquele arquipélago vivem as delícias de uma calma política em que a democracia pode vir ao de cima. Para esses os Açores não passam de um recôndito e folclórico local do país, próprio para turistas. Mas para os democratas deste país e, em primeiro lugar, para os comunistas, as coisas não são desse modo.

Os Açores continuam a viver à margem da democracia, continuam a ser terreno para manobra dos reaccionários que o utilizam de uma maneira não a mais que a mais disfarçada ingerência dos Estados Unidos, um separatismo cuja bandeira tem as cores do imperialismo, para pressionarem as autoridades centrais a infligir cada vez mais para a direita uma política já de si desastrosa. Os Açores são considerados pela reacção como um trunfo a jogar e jogam-no. Atacando a democracia começando pelos mais coerentes democratas e continuando a sua violenta escalada chegando a atingir o carro do Ministro da República e o Palácio de Santa Catarina.

Jogo mais claro não pode haver. Conivências mais claras entre as autoridades regionais do PPD e os atentados à democracia também não podem existir. E recordam-se aqui as diferenças de atitude dessas autoridades que dão completa cobertura às actividades da FLA enquanto dão ordens para que as forças de segurança actuem contra as massas trabalhadoras, como no caso recente do Hospital das Lages do Pico.

É chamando a atenção para tal estado de coisas, que um comunicado do Executivo da Comissão da Ilha de S. Miguel,

do PCP, sublinha que a Polícia de Segurança Pública, no arquipélago, actua nos casos especiais por ordem do Presidente do Governo Regional, Sr. Mota Amaral.

A vasta campanha, na qual se integram os recentes atentados bombistas, campanha de terror que procura intimidar o povo, os trabalhadores e os democratas, tem-se feito sentir em toda a região. Ameaças e provocações a democratas e a elementos civis e militares que exercem funções na região vão de par com as pinturas e a agitação dos caciques da FLA e a destruição de nichos nas estradas. Campanha de ódio e de terror esta, que se acoberta com a impunidade que as autoridades regionais lhe outorgam.

Tal campanha não pode continuar. Apesar do desespero de uns e do oportunismo de outros, o povo dos Açores une-se contra o terror, a violência, enfim contra os festos do fascismo que teimam em perdurar. Virá o tempo em que os Açores deixarão apenas de ser o arquipélago de que se fala na meteorologia, as ilhas de que se fala quando as bombas rebentam, virá o tempo em que o fascismo será definitivamente afastado daquela região de Portugal, virá o tempo em que a unidade necessária entre todos os democratas dos Açores se oporá com êxito aos exploradores terroristas.

Reclamando medidas mais energéticas contra os terroristas e a FLA, os comunistas dos Açores apelam à unidade de todos os que pretendem a verdadeira autonomia do Povo do Arquipélago. Essa unidade conseguirá que as conquistas de Abril cheguem aos Açores, conseguirá que os Açores contribuam para o reforço da democracia em todo o país.

Pensaram em colher dividendos políticos jogando com as aspirações populares sem lhes contrapor um estudo sério e honesto das múltiplas questões que teriam de enfrentar.

A passagem da Amadora a concelho, neste contexto, seria altamente preocupante pelo que deixa adivinhar de simples formalismo sem quaisquer consequências além das vantagens de se passarem a pagar as licenças de cão ou do gato na Amadora em vez de se ir a Oeiras... Felizmente que as organizações populares de base, apoiadas por outros organismos, não estiveram à espera nem se deixaram embalar por promessas. Tomaram cedo nas suas mãos o estudo das condições existentes na Amadora e fizeram chegar aos

Zona industrial de grande importância, a Amadora cresceu em torno das suas próprias fábricas, hoje sem qualquer campo de expansão. Os espaços verdes não existem. Como não existe um hospital. A população escolar excede em muito as capacidades existentes. A habitação é um problema grave, senão o mais grave, não só devido às especulações a que está sujeita como também pelas carências que se fazem sentir.

São cerca de 200 mil habitantes, numa freguesia com falta de espaços para a criação de infra-estruturas indispensáveis a tal agregado populacional. Isto implica, evidentemente, que se pense numa nova divisão administrativa, numa redistribuição mais racional que corresponda às necessidades da população.

de análise e estudo pensa-se não só nos aspectos técnicos mas também no aspecto humano. A população de Queluz de Baixo, por exemplo, pensa que lhe é mais vantajoso ficar ligada a Sintra ou passar para o novo concelho?

Por outro lado, seria ilusório pensar-se que a criação do município da Amadora iria resolver, como alguns pretendem fazer crer, os problemas e carências da população. A reforma administrativa impõe-se, não só no caso concreto da Amadora mas em todo o país. Descentralizar o concelho de Oeiras não chega. É necessário (e urgente) a descentralização do poder central, sem a qual tudo permanecerá na mesma.

Que importa que a Amadora seja concelho se continuar a depender financeiramente do

AUTARQUIAS LOCAIS À ESPERA QUE O GOVERNO CUMPRA A LEI

A política económica do regime fascista no tocante às autarquias locais sempre se baseou, como é sabido, num obscuro sistema de subsídios e comparticipações que lhe permitia manter os órgãos autárquicos na completa dependência do Poder central, assim como distribuir com a maior arbitrariedade as verbas que muito bem entendia aos «confrades» que nos municípios davam mais «provas de fidelidade» ao regime.

Após o 25 de Abril, o sistema foi condenado publicamente pelas mais diversas forças políticas e inequivocamente repudiado pelas massas populares. Não obstante, o Governo de Mário Soares apresentou na Assembleia da República uma proposta de lei sobre finanças locais que, dizendo prever a abolição dos subsídios e comparticipações, estabelece igualmente o direito do Governo distribuir subsídios!

A contradição, que nem a mais hábil argumentação consegue dissimular, denuncia um objectivo bastante claro. O actual Governo pretende, tal como se fazia no regime fascista, continuar a exercer a sua influência nos órgãos autárquicos para atingir objectivos meramente partidários. Como se torna evidente, uma câmara de maioria socialista, se receber mais verbas, poderá desenvolver muito mais trabalho do que outra de maioria comunista, que não pode contar com os «favores» governamentais.

Para levar a cabo esta sua estratégia, o Governo minoritário do PS não hesita sequer em infringir as próprias

leis aprovadas na Assembleia da República.

Senão, vejamos. A Lei n.º 11/76, de 31 de Dezembro, obrigava o Governo a apresentar até 31 de Março deste ano um plano de subsídios e comparticipações aos municípios, o qual deveria ser elaborado com a participação destes últimos. Ora o Governo não só não cumpriu o prazo — o decreto-lei foi publicado com 40 dias de atraso —, como no plano apresentado não incluiu verbas do Fundo de Fomento da Habitação, da ex-Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, etc. Por outro lado, a participação dos municípios foi de tal ordem que a maioria deles não foi ouvida...

De salientar que a participação activa dos municípios na elaboração do referido plano seria a única forma de garantir que as verbas seriam distribuídas de acordo com as mais prementes carências das populações. O Governo, desrespeitando esta lei provou, entre outras coisas, que os interesses populares não lhe merecem grande consideração. Principalmente quando não

coincidem com os seus próprios interesses...

MAIS UMA LEI POR CUMPRIR

Os prazos legais não parecem ter qualquer importância para o Governo, como o vem mostrando a prática governativa. Depois da Lei n.º 11/76, o Governo «esqueceu-se» da Lei n.º 60/77 da Assembleia da República que aprova a revisão do Orçamento Geral do Estado. Referir-nos, mais concretamente, ao seu artigo 6.º que estipula a publicação até 31 de Agosto (passado), de um plano complementar de repartição de subsídios e comparticipações que, ilegalmente, não foram integrados no plano aprovado pelo Decreto-Lei 168-A/77, de 25 de Abril.

Nos nossos calendários, consta que o mês de Setembro está quase no fim. Não sabemos por que calendário se regula o Governo, mas a verdade é que a 31 de Agosto não foi publicado qualquer decreto-lei sobre a matéria em causa.

AS AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

O legionário do PS

Reina a indignação nas fileiras do CDS de Vila Nova de Cerveira: um ex-legionário local acaba de tomar posse como vereador da Câmara Municipal daquela vila, eleito pelo PS.

Ferido no seu amor-próprio ao ver-se assim preterido pelo PS, o CDS veio a terreiro gritar aos quatro ventos que o dito vereador foi chefe de secção da Legião Portuguesa e que a sua residência era utilizada para guardar armas e outros materiais. No auge da indignação, os centristas chegam mesmo a citar o Decreto-Lei n.º 701/B-76 que impede os antigos membros da ANP, UN, LP, Brigada Naval e Movimento Nacional Feminino de se candidatarem a quaisquer cargos das autarquias.

Curiosa, esta atitude do CDS. E tanto mais curiosa quanto é certo que entre os seus eleitos se encontram não poucos casos nas mesmas circunstâncias. Mas o CDS é o CDS, caramba! Que é lá isso do PS lhe andar a fazer concorrência, roubando-lhe os legionários?

Cidadão exemplar

A Federação Distrital de Viana do Castelo do PS, desagrada com o escarceu feito em torno do seu vereador legionário de Vila Nova de Cerveira, decidiu esclarecer que o assunto tinha sido devidamente apreciado pelo partido, afirmando ao mesmo tempo não possuir elementos que permitam confirmar ou desmentir as acusações do CDS. Contudo, a Federação do PS salienta que o dito vereador tem mantido desde o 25 de Abril um comportamento que considera «exemplar».

Estranhamente, os dirigentes socialistas de Viana do Castelo não hesitaram em afirmar que, mesmo que se venha a provar que o vereador Joaquim Gameiro pertenceu a LP, este está em condições de pedir a sua reabilitação.

Será que para os socialistas de Viana do Castelo uma simples declaração de boas intenções é razão suficiente para infringir a lei?



Câmara de Almada apoia reformados

Em sessão pública da Câmara Municipal de Almada foi aprovada, por unanimidade e aclamação, a cedência de um terreno à Associação de Reformados e Pensionistas daquele concelho.

O terreno, situado a norte da Avenida Nuno Álvares Pereira e com uma área de 255 m², destina-se à construção de um centro de repouso e convívio para a terceira idade.

Enquanto em muitos outros pontos do país os reformados e pensionistas são proibidos de utilizar instalações dos respectivos órgãos autárquicos, ficando impossibilitados de se organizarem e conviverem, nas autarquias dominadas pelos comunistas e seus aliados os problemas da terceira idade e da população em geral começam a ser resolvidos, na medida do possível.

A Câmara de Almada dá um exemplo bem claro de como se faz uma gestão democrática.

A câmara e o monumento

A Câmara Municipal de S. João da Madeira decidiu mandar construir um monumento ao «Trabalho». Para se estimular a si própria na resolução dos graves problemas que afectam a população do concelho, quem sabe?...

Tomada a decisão, a Câmara decidiu convocar os representantes do patronato para a discussão dos pormenores do dito monumento. De representantes dos trabalhadores nem sequer se falaria, não fora o representante da FEPU lembrar que existiam Sindicatos, as tais organizações de classe de quem trabalha.

Por incrível que pareça, ainda foi preciso discutir até se concordar em convidar os trabalhadores a pronunciarem-se sobre o dito monumento ao «Trabalho»!

Assembleia de Sesimbra já tem presidente

Após vários meses de impasse, foi finalmente resolvido o diferendo criado na Assembleia Municipal de Sesimbra pelo PS e que teve como consequência o não funcionamento deste órgão autárquico até ao passado dia 15. Na sessão pública então efectuada, foi eleito presidente da AM de Sesimbra Aurélio de Sousa, da FEPU.

Recorde-se que, aquando da primeira reunião convocada para eleger o presidente da AM, se verificou empate na votação, com seis votos para Aurélio de Sousa e seis para Eduardo Pereira, do PS e actual ministro da Habitação e Urbanismo. Fazendo parte da lista mais votada (FEPU), Aurélio de Sousa utilizou o voto de qualidade para resolver o empate. A seu favor, evidentemente.

O ministro da Habitação, que queria ser presidente da AM, decidiu recorrer para o Tribunal Administrativo. A questão arrastou-se e durante meses a população de Sesimbra viu a resolução dos seus problemas adiada com o conflito. A sentença veio por fim, «repondo a legalidade» através do Código Administrativo fascista de Marcelo Caetano. Aurélio de Sousa só poderia utilizar o voto de qualidade na terceira reunião que se realizasse. Ou seja, fazia-se uma primeira reunião, votava-se e surgia o empate; convocava-se nova reunião, procedia-se a nova votação e tornava a surgir o empate. Havia que convocar terceira reunião, fazer nova votação e só então, perante o empate (na AM há 6 FEPU, 5 PS e 1 PPD) Aurélio de Sousa podia usar o voto de qualidade. Burocracia? Que ideia!

De salientar que a Lei 701-A é perfeitamente omissa quanto à altura em que se pode usar o voto de qualidade, pelo que nada impede que, sendo caso disso, o mesmo seja utilizado logo na primeira reunião. Mas há quem continue a gostar mais do Código fascista...

Mas Aurélio de Sousa acabou por ser eleito, com seis votos favoráveis, cinco abstenções e um voto para Eduardo Pereira. Este, malgrado a votação ter sido secreta, entendeu fazer uma declaração de voto. Os socialistas tinham-se abastido, disse, porque a nova legislação que vai sair é favorável ao partido mais votado, neste caso a FEPU, pelo que não valia a pena prolongar o impasse. Esclarecedor!

de novo à venda



Obras de Soeiro Pereira Gomes

REFÚGIO PERDIDO

edições Avante!



A solidariedade com o povo chileno foi uma constante da Festa do «Avante!». No decorrer dos três dias a juventude erigiu um mural alusivo à luta popular contra o fascismo de Pinochet e seus confrades.

A SITUAÇÃO NO URUGUAI E AS PERSPECTIVAS DE LUTA

Entrevista com o camarada EDUARDO VIEIRA membro do Comité Executivo do CC do PCU

Estiveram entre nós, na Festa do «Avante!», representantes de países da América Latina hoje sujeitos a regimes fascistas ou reaccionários. Representantes daqueles que na Argentina, no Chile, no Uruguai, se batem contra o fascismo e a repressão, pela transformação revolucionária do sul do continente.

O camarada Eduardo Vieira, membro do Comité Executivo do CC do Partido Comunista do Uruguai e director do «El Popular», falou-nos da situação que se vive actualmente no seu país, do descalabro económico, do isolamento da ditadura, da repressão, da batalha pela unidade de todas as forças antifascistas, pela liquidação do fascismo no Uruguai.

— Camarada Eduardo Vieira, que impressão levou da Festa do «Avante!»?

— A participação na Festa do «Avante!» deu-me uma profunda satisfação. Vivemos situações muito diferentes: vocês são legais, nós clandestinos. Mas estamos sempre unidos pela causa do socialismo.

Essa unidade esteve sempre bem patente aqui, na vossa Festa. Uma festa magnífica, em que sobressai a força do PCP, o seu empenhamento na defesa dos interesses do povo português, na defesa das conquistas de Abril. Em que sobressai, igualmente, o seu carácter profundamente internacionalista.

e sobretudo contra os comunistas. Gostaríamos que nos desse uma ideia da situação actual.

— É já tradicional dizer-se que o Uruguai é um grande cárcere num pequeno país. Mesmo os jornais burgueses falam do Uruguai como uma câmara de tortura. É de facto esta a realidade do meu país.

Numa população de 2 milhões e 700 mil habitantes, passaram pelas prisões, desde o golpe fascista, 50 mil pessoas. Actualmente há sete mil presos políticos, 20% dos quais mulheres. Presos cujo paradeiro com frequência se desconhece. Presos que são torturados da forma mais bárbara, e não só num período inicial, mas em diversos

muitos militares estão actualmente presos.

Aliás, é significativo que metade do orçamento do país seja destinado à defesa, ou seja, à repressão.

O povo do Uruguai não goza de qualquer liberdade política. Não há Parlamento. É totalmente negada a liberdade de expressão. Estão proibidos todos os partidos políticos. Todos os candidatos de partidos perderam os direitos políticos por 15 anos. Para além da repressão mais directa e violenta, são diárias outras formas de repressão, como o fecho de revistas ou jornais (de direita, porque não há outra imprensa legal), por terem fornecido qualquer informação ou avançado com uma opinião que não seja do agrado dos órgãos do poder, ou o afastamento dos cargos que exercem, a nível público ou particular, de pessoas que manifestem opiniões antifascistas.

— Não é propriamente sinal de força de um regime o recurso brutal e permanente à repressão...

— Não é, de facto. Aliás, o golpe fascista no Uruguai foi um golpe preventivo ante o avanço das forças populares. Contava-se então com uma forte unidade de todos os trabalhadores, integrados na Central Obrera, que reunia os trabalhadores da indústria, os assalariados rurais, os empregados, os sectores ligados ao ensino, os funcionários públicos. Contava-se igualmente com a unidade das forças políticas interessadas na verdadeira democracia e no progresso do país: o Partido Comunista do Uruguai, o Partido Socialista, o Partido Democrata Cristão, sectores militares, encabeçados por Seregni, hoje na prisão, alguns grupos de partidos tradicionais burgueses — todos integrados na Frente Ampla. O Partido Comunista era um partido relativamente poderoso, com 50 mil membros — uma força real com grande influência de massas.

— O golpe — organizado e executado pelos grandes latifundiários, o capital estrangeiro, o capital financeiro, e o seu braço armado, e os sectores militares da direita — insere-se numa ofensiva do imperialismo contra o ascenso revolucionário na América Latina. Não é por acaso que o golpe fascista no Uruguai precede apenas de meses o golpe fascista no Chile.

Os 15 dias de greve geral que se seguiram à instauração do fascismo no Uruguai atestam da capacidade de resistência popular e do isolamento do governo. É nas Forças Armadas que se verifica a falha das forças progressistas. Mas a resistência heróica e imediata ao golpe, ainda que derrotada, forneceu as bases políticas e táticas necessárias à resistência posterior.

— Fascismo significa repressão, e significa também agravamento incompensável das condições de vida dos trabalhadores, em todos os aspectos. Que nos podes dizer a este respeito?

— A situação dos trabalhadores uruguaios é dramática e, com este regime, tende a ser-lo cada vez mais. Neste momento,

o salário real é de menos de metade que o de 1 de Janeiro de 68. 13% da população activa está no desemprego. A situação da moeda dá-nos uma imagem da realidade: pouco antes do golpe, a relação entre a moeda do Uruguai e o dólar era de 250 — 1 dólar; actualmente é de 4 800 para 1 dólar. Desde o golpe fascista emigraram 600 000 pessoas — isto dá-nos uma imagem da situação.

— O regime do Uruguai tem uma estreitíssima base de apoio interna e está internacionalmente isolado. Mesmo os EUA tentam demarcar-se, publicamente, claro. Por outro lado, o governo uruguai fala de eleições. Quais são as perspectivas reais?

— Hoje não é possível aparecer publicamente a apoiar o actual regime uruguai. A correlação de forças a nível internacional não o permite. Isolamento interno do regime também não o facilita. Os Estados Unidos aparecem a demarcar-se e até avançam com censuras ao regime uruguai para sua própria defesa. De qualquer forma, isso provocou uma certa agitação nas fileiras do apoio. São dados concretos com que devemos contar, sem alimentar entretanto qualquer ilusão. O imperialismo é o responsável dos maiores crimes que foram e continuam a ser praticados contra os povos do cone sul do continente americano.

Hoje o governo do Uruguai fala de eleições. Mas de umas eleições inacreditáveis. Uma eleição que não seja uma farsa. Com um candidato único, uma Constituição fascista, a continuação das perseguições. O governo fala de eleições, porque não conseguiu consolidar o fascismo, não pôde criar um partido fascista ou sindicatista-fantasma, porque é grande o seu isolamento, porque não consegue liquidar a resistência.

Por outro lado agudizam-se as contradições no seio do governo. Abrem-se perspectivas para a quebra do imobilismo. Há um acordo em certos sectores dos partidos burgueses tradicionais e entre sectores militares, da necessidade de instaurar as liberdades políticas e de proceder à amnistia dos presos políticos.

O Partido Comunista do Uruguai, que tem pago o maior preço na dura luta contra a ditadura, considera como a grande tarefa actual do povo do Uruguai a estruturação de uma frente ampla de unidade antifascista, para instaurar a democracia e abrir as portas das prisões onde hoje se encontram encarcerados os melhores filhos do povo uruguai. Frente ampla que poderá e deverá ter também o seu papel no futuro.

Antes de nos deixar, o camarada Eduardo Vieira quis acentuar mais uma vez a importância da solidariedade do nosso povo — que tem uma longa e dolorosa experiência do fascismo — para com o povo do Uruguai. Uma solidariedade que se impõe acentuar. «Precisamos muito dessa solidariedade, sobretudo na batalha pela libertação dos presos políticos, para salvar a vida dos nossos camaradas presos, para salvar a vida de Jaime Perez» — declarou Eduardo Vieira.

A ENCRUZILHADA ARGENTINA

No dia 24 de Março de 1976 caía sem glória o governo peronista presidido pela senhora Isabel Perón. Um golpe militar punha fim ao seu mandato sem que se registasse qualquer reacção popular em defesa do elenco derrubado. Que acontecera com os sete milhões de votantes que elegeram a fórmula Juan Perón-Isabel Martínez de Perón? Estavam defraudados pela política aplicada pela viúva de Perón e sua equipa, capitaneada pelo aventureiro López Rega. Com efeito, os passos positivos que o general Perón tinha começado a aplicar, especialmente em política externa, foram anulados pela sua sucessora, que conduziu o país para o completo caos. Os seus ministros da Economia atiraram a crise económica para as costas das massas trabalhadoras, com o objectivo de favorecer os monopólios imperialistas. A partir do segundo semestre de 1975 até Março de 1976, o peso argentino tinha sido desvalorizado em 1107 por cento.

Simultaneamente, a organização fascista denominada 3 A (Aliança Anticomunista Argentina) assassinava e sequestrava impunemente personalidades democráticas de diversas correntes políticas. A insegurança reinava em todos os sectores da vida nacional e a ausência de

obrigadas a tomar uma decisão tão grave perante o caos e o desgoverno que reinavam no país. Salientaram que só se tomariam medidas repressivas contra os subversivos e os corruptos e que, depois de normalizada a nação, se regressaria ao regime republicano, federal e representativo. O Partido Comunista considerou

todavia, está ainda em vigor e não se sabe quando será levantada.

Todas as forças políticas argentinas coincidem, com as suas diferentes lógicas, em centrar o fogo contra o pinochetismo, que é o principal inimigo, e em apoiar, com uma posição independente e crítica, todos os passos dados pelos sectores democráticos e patrióticos

por JULIO LABORDE
membro do CC
do PC da Argentina

e considera, como o afirmou aliás num documento no próprio dia do golpe militar, que essa medida não era a mais idónea para resolver os problemas do país, uma vez que meios legais, políticos e sociais, que podiam resolver o grave problema nacional por via democrática.

A AMEAÇA DOS SECTORES REACCIONÁRIOS E ANTINACIONAIS

No entanto, perante o facto consumado tendo em conta que o sector mais reaccionário, o pinochetista, não conseguiu o poder político, ainda que possua posições importantes, resolveu manter uma atitude muito objectiva sobre os novos governantes, centrando

das Forças Armadas para uma saída democrática. Desta atitude lógica e sensata exceptuam-se os grupos da ultra-direita e da ultra-esquerda.

Os motivos dos primeiros são óbvios: querem uma ditadura sangrenta a fim de explorar ao máximo o povo em benefício dos grandes monopólios e latifúndios. Quanto à ultra-esquerda, é necessário dizer que fez todo o possível para desestabilizar o governo constitucional, mesmo durante o mandato de Perón, baseando-se no critério de que um governo burguês reformista era um travão para os fins revolucionários e que, portanto, era preferível uma ditadura militar aberta, uma vez que, segundo esta tese, contra ela se levantaria todo o povo. Os atentados e assassinatos que levaram



um governo central não era segredo para ninguém. Nestas condições, as forças políticas democráticas, os militares e a opinião pública tinha consciência de que o país não podia continuar a deriva por muito mais tempo. Os operários empreenderam grandes lutas em defesa dos seus salários e contra os sectores reaccionários do governo, particularmente contra Lopez Rega e a sua equipa de desavergonhados e aventureiros. Os sectores democráticos constituíram várias comissões multipartidárias e multi-sectoriais (nas quais, além dos partidos políticos, participavam igualmente as organizações operárias, camponesas e empresariais) com o objectivo de salvar a República da bancarrota económica, social e institucional.

O Partido Comunista realizou grandes esforços para resolver a crise por via constitucional, evitando assim o golpe de estado que se preparava. Era partidário da realização de uma reunião multi-sectorial a nível nacional, na qual participassem as principais correntes e organizações políticas e sociais, com o fim de constituir um governo de ampla coligação democrático-cívico-militar, capaz de encaminhar o país na senda da democracia e do progresso. Esta ideia era igualmente compartilhada por outras forças políticas, mas lamentavelmente a sua concretização demorou demasiado, devido às vacilações de alguns dirigentes políticos burgueses e pequeno-burgueses. Na própria noite em que se realizou esse encontro, depois de um trabalho árduo, dos principais partidos políticos, incluindo o peronista, produziu-se o levantamento militar.

As Forças Armadas explicaram, em constantes comunicados, que se viam

à sua luta contra o sector fascista. Esta táctica é baseada no estado de espírito das massas, na real correlação de forças políticas e sociais, e tendo em conta o carácter heterogéneo das Forças Armadas. Nestas existem duas correntes fundamentais: a que é encabeçada pelo presidente da República, general Rafael Videla, e a que é conhecida como pinochetista, e que pretende implantar um regime semelhante ao que oprime o povo chileno. A corrente videlista, a principal dentro do Exército, é também heterogénea, uma vez que coexistem sectores

moderados, democráticos e também de direita, mas em linhas gerais defende uma abertura de diálogo com os sectores civis. Um sector importante desta corrente sustenta que são necessários os partidos políticos para conduzir o país no caminho democrático. Neste aspecto há que assinalar que o governo militar não proibiu nem dissolveu os partidos políticos, ao contrário de outros pronunciamentos militares, embora tenha suspenso provisoriamente a sua actividade. Esta medida,



O general Videla, presidente da Argentina, representa um sector influente dentro das Forças Armadas

sequestros, as torturas, as violações e os assassinatos de ultra-direita. Pensa-se que neste momento existem mais de 5 mil presos políticos, a grande maioria dos quais sem causa nem processos, 6 mil sequestrados e mais de 4 mil pessoas foram assassinadas. Pode-se dizer, sem exagerar, que não há um único sector democrático e humanista que não tenha sofrido as consequências da repressão de direita: políticos, associativos, religiosos, intelectuais, profissionais, etc. Os

comunistas têm mais de 200 militantes encarcerados, alguns há mais de dois anos, 80 foram sequestrados e 25 foram assassinados.

UMA SAÍDA DEMOCRÁTICA PARA A CRISE ARGENTINA

Com um ano e sete meses de governo militar o povo argentino vive angustiado com factos muito graves: a violação dos direitos humanos e a situação económica. A crise económica atinge especialmente os assalariados e os sectores de fracos recursos. Num ano, o poder de compra dos operários diminuiu 50 por cento e a inflação, no mesmo período atingiu 130 a 150 por cento. Por isso, a esmagadora maioria do país reclama que se ponha termo à desastrosa política económica do ministro da pasta, dr. Martínez de Hoz, homem vinculado às grandes empresas norte-americanas e à oligarquia da terra.

Como sair do atoleiro em que se encontra a Argentina? O presidente da República, tenente-general Videla, declarou que era propósito do governo encetar um diálogo fecundo para superar os males que atingem o país e encontrar em comum uma saída política e um programa de governo. A este respeito, destacados dirigentes comunistas disseram: «Nas actuais condições de emergência nacional consideramos que esse é um caminho adequado para ganhar a paz, derrotar o perigo do pinochetismo e das ameaças exteriores e encontrar as soluções económicas, políticas, sociais e culturais que o nosso povo deseja e que está decididamente disposto a realizar. Não se pode conseguir o renascimento nacional sem a activa participação do povo na política a seguir e na construção do presente do futuro da República. A experiência do nosso passado histórico assim o demonstra. Os governos civis e militares que ignoram este princípio básico «caminhão» para um lamentável fracasso». Mais adiante advertem para o facto de as forças reaccionárias continuarem a conspirar contra estes propósitos sensatos e propõem-se impedir, de qualquer modo, a realização do anunciado diálogo.

Para ganhar a paz, dizem os dirigentes comunistas, é necessário aliviar o temor e a justificada inquietação causados pelo terrorismo político e económico, comprometendo o êxito do diálogo fecundo que se procura. Há que deter o violento curso da carestia que dia a dia atinge mais o povo e diminui o seu poder de compra. É necessário pôr fim à prisão de milhares de detidos, sem causa justificada, abrindo as portas à esperança de uma «paz digna de ser vivida», sem sobressaltos e insegurança. Nesta nova situação, o nosso povo saberá enfrentar a sua parte de responsabilidade e defender a unidade nacional, em torno dos grandes problemas.

É, actualmente, evidente que as ideias de abertura política calaram muito fundo na opinião pública e na maioria dos partidos políticos, que vão quebrando o elo de imobilismo político que o país sofreu durante meses. Já é normal poder ler-se comunicados e declarações de dirigentes de diferentes correntes ideológicas, dando a sua opinião sobre a situação nacional.

Não há qualquer dúvida sobre o facto de que nos próximos meses se desenvolverá uma forte pugna entre as correntes que procuram uma saída democrática, onde se encontram também sectores do governo, e as correntes reaccionárias de dentro e fora do aparelho oficial. Os comunistas consideram que a ampla participação das massas populares, encabeçadas pela classe operária, no processo político e social que o país vive será, em definitivo, o fundamental para o êxito de uma saída democrática e progressista.

Para alcançar este objectivo desenvolvem os comunistas um grande trabalho junto de todas as forças patrióticas, tanto civis como militares, e, de modo especial, no seio da classe operária.



No que respeita à solidariedade com o povo do Uruguai, tivemos a oportunidade de participar em meetings, e constatámos um grande interesse pelos nossos materiais expostos, pelo abalo assinado contra a repressão, pela libertação dos presos políticos no Uruguai. De destacar particularmente as referências ao Uruguai, e à América Latina, nas intervenções do camarada Dias Lourenço e do camarada Cunhal.

— Todos sabemos que é particularmente violenta a repressão, no Uruguai, contra os democratas

períodos ao longo da sua detenção. Por exemplo, o nosso camarada Jaime Perez, secretário do CC do nosso Partido, desapareceu mais uma vez do lugar onde ultimamente se encontrava detido, o que significa novo período de selváticas torturas — e isto quer dizer, na prática, que a sua vida está em perigo.

Mas há muitos, muitos mais, que neste momento estão a ser torturados, ou mortos, e cujo paradeiro se desconhece. Milhares de militantes comunistas, grande número de dirigentes sindicais (da CGT, hoje clandestina), muitos dirigentes do nosso Partido,

RITA IBARBURU PASSA NA PRISÃO AMANHÃ O SEU 62.º ANIVERSÁRIO

Porque sofremos tantos anos a repressão fascista não podemos esquecer, nem deixar de denunciar, a que ainda se manifesta nalguns países.

No Uruguai, pequeno país da América do Sul, uma mulher completará amanhã, dia 23 de Setembro, na prisão militar de Punta Rieles, o seu 62.º aniversário.

Chama-se Rita Ibarburu e durante mais de quarenta anos dedicou-se à luta do povo contra a tirania e a repressão do grande capital e é bem o símbolo do heroísmo do seu povo na difícil batalha que tem travado.

Presa durante a vaga repressiva de Outubro de 1975 tem sofrido torturas na prisão que o povo uruguai dá pelo nome de «inferno». Mas, apesar da ferocidade dos seus carceros, as suas convicções na vitória final dos trabalhadores mantêm-se tão fortes como anteriormente.

Rita Ibarburu irá passar o seu aniversário natalício na prisão juntamente com sua irmã, Manena Ibarburu, também no mesmo presídio.

Mas a luta do povo uruguai e a solidariedade internacional há-de libertar Rita Ibarburu e todos os prisioneiros políticos, entre os quais o camarada Jaime Perez, secretário-geral do PCU, cujo crime é o de lutarem contra o fascismo.

A nossa solidariedade e a nossa luta pela liberdade dos patriotas uruguaios é também uma forma de defendermos a nossa liberdade, pois sempre que num recanto qualquer o fascismo é derrotado isso representa uma vitória para todos os trabalhadores.

SEMANA INTERNACIONAL

A DIREITA PREOCUPADA COM A FORÇA DA UNIDADE DA ESQUERDA FRANCESA

Prossegue em Paris a cimeira das forças de esquerda francesas para actualização do «Programa Comum», com vista às eleições de Março do próximo ano.

O reatamento das negociações parte neste momento de uma base diversa daquela com que foram iniciados os trabalhos. Por um lado, dos 70 pontos em questão, 42 já foram anteriormente analisados, tendo-se chegado a acordo em mais de 30 pontos controvertidos. Por outro lado, ao ultrapassar o incidente provocado pelo abandono da cimeira por parte de Robert Fabre, representante do Partido Radical, a unidade de esquerda demonstrou não a sua fraqueza, como a direita pretende fazer crer e se esforça por concretizar, mas a sua capacidade para superar dificuldades, o seu empenho, sem alternativas, em avançar para o processo eleitoral e para o caminho, extremamente complexo e difícil, que se abrirá face a uma possível e previsível vitória.

A momentânea suspensão das negociações por parte dos radicais de esquerda (que estão à direita do PS e mobilizam muito menos eleitorado que qualquer dos dois outros partidos de esquerda) — hoje ultrapassada — surge entretanto como duplamente significativa.

Fabre abandonou a sala de negociações quando se debatia a questão das nacionalizações, e um aspecto concreto dessa questão: o direito dos trabalhadores de uma empresa decidirem, por maioria, a sua nacionalização. De facto — estando embora em causa outras questões fulcrais, como o problema da defesa nacional, particularmente importante porque se relaciona com um indesejável regresso às estruturas militares da NATO, a questão dos impostos, o salário mínimo, é de facto à volta das nacionalizações que se trava o grande debate. O que está em causa é a profundidade de transformação do país: o derrube do poder dos monopólios ou um conjunto de medidas ilusoriamente limitativo desse poder. Ao abandonar a sala quando se travava o debate sobre nacionalizações, Fabre reflecte as hesitações de sectores viciados de anticomunismo, e os esforços de neutralizar a expressão do Partido Comunista na unidade de esquerda, utilizando a sua capacidade de mobilização de trabalhadores como um trampolim para um poder, à margem dos interesses fulcrais desses mesmos trabalhadores. A prática está a demonstrar a falência dessas pretensões.

A direita rejubilou com a ameaça de divisão no seio da esquerda. Isso manifestou-se da forma mais clara e incisiva na reacção do capital financeiro: o franco francês fortaleceu-se imediatamente em relação ao dólar norte-americano, enquanto a Bolsa de Paris assistiu a uma subida geral de 3,5 pontos nas cotações. A direita rejubilou porque se sente extremamente inquietada. Não só em Paris. Também em Washington. Em todo o mundo capitalista. Uma inquietação que se reflecte também nas arrogantes declarações de Carter que, para não quebrar a tradição cuidadosamente alimentada na Casa Branca, avança com sentenças sobre a vida interna dos outros países. Há «progressos»: já não é considerado obrigatório o afastamento da NATO de países cujos povos elejam comunistas para o governo. Chama-se entretanto a atenção para a «lealdade a Moscovo» dos dirigentes comunistas. Avança-se com a necessidade das «democracias» do mundo do capital corresponderem aos interesses das massas trabalhadoras...

Muitas são as preocupações no mundo do capital, quando os seus argumentos atingem o nível da anedota. Preocupações que nos dão a medida da força de uma esquerda unida.



Um processo revolucionário que enfrenta a oposição declarada da reacção interna e do imperialismo

ETIÓPIA: TRÊS ANOS DE LIBERDADE

No dia 12 de Setembro comemorou-se o terceiro aniversário do derrube do regime feudal e monárquico na Etiópia e o início de um processo revolucionário que se tem concretizado em profundas transformações a nível socio-económico e político em todo o país.

O nosso Partido esteve representado nas comemorações dessa data histórica para o povo etíope, pelo camarada Raimundo Narciso, membro do CC.

Começámos por perguntar ao camarada Raimundo as impressões que trazia das comemorações a que assistiu em Adis-Abeba, capital da Etiópia.

— O 12 de Setembro de 1974 marca o início da revolução etíope, que em 3 anos transformou um país feudal, num país que avança a passos rápidos na Revolução Democrática Nacional, sob a bandeira do socialismo.

A monarquia feudal começa a ser abalada em Fevereiro de 1974. A Comissão Coordenadora das Forças Armadas, da Polícia e Forças Territoriais — DERG — eleita pelos militares progressistas em Junho, desse ano, derruba o Imperador e o regime feudal em 12 de Setembro de 1974 e toma conta do poder, criando o Conselho Administrativo Militar Provisório — CAMP — o actual órgão supremo do poder.

O CAMP teve a sua composição alterada ao longo do processo revolucionário pela

depuração dos elementos que se mostraram hostis à revolução ou conspiraram abertamente contra ela. Assim, em Novembro de 74 o seu primeiro presidente foi julgado e condenado e em Fevereiro deste ano o seu sucessor foi morto ao tentar um golpe militar contra-revolucionário.

As comemorações foram caracterizadas por uma gigantesca manifestação de apoio popular às conquistas da Revolução. Em sessões de desfile, homens, mulheres, jovens e crianças, representações dos vários povos da Etiópia, deram o seu apoio à Revolução cantando e dançando com alegria, entusiasmo e por vezes arrebatamento. Um povo visivelmente pobre, por vezes descalço, mas confiante, comunicava vivamente com os seus dirigentes.

O desfile popular foi precedido pelo discurso do presidente do CAMP e chefe de Estado, tenente-coronel Magistú Hallé Mariam, perante uma multidão que enchia a grande praça da Revolução. Hallé Mariam salientou o empenho dos órgãos do poder no prosseguimento da revolução democrática nacional, a determinação de avançar para o socialismo, de defender a pátria ameaçada, de fazer frente às conspirações reacçãoárias e imperialistas.

HERANÇA DO PASSADO

— Sabemos que têm sido grandes os progressos registados na Etiópia, desde o estabelecimento de um poder revolucionário. Falamos-los depois deles. Para já, pedíamos-te que referisses a herança do passado, pois só assim é possível avaliar bem quanto se avançou entretanto.

— A Etiópia era desde há séculos um país feudal onde recentemente se desenvolvia um capitalismo embrionário.

A agricultura, que contribui com 52% do produto nacional bruto, ocupava 90% da população. A família do imperador e os nobres feudais eram donos de 65% da terra cultivada, enquanto o alto clero da Igreja Ortodoxa etíope possuía 30%, deixando para os milhões de camponeses apenas 5% das terras cultivadas. Os camponeses, na quase totalidade servos, sem um palmo de terra, tinham que dar aos senhores 75% do produto da terra que trabalhavam.

A miséria e a doença eram companheiras constantes do povo, tal como as brutalidades dos feudais e a repressão.

A fome dizimou 200 mil camponeses em 1973. O imperador e os feudais escarneceram da tragédia e recusaram-se a pôr em marcha um plano de socorro. Mais de 90% da população era analfabeta e apenas havia um médico por cada 350 mil pessoas.

Esta pesada herança do passado como é evidente, ainda não pôde ser apagada da própria capital onde se vê a par dos palácios e luxuosos edifícios modernos, habitações paupérrimas e bairros de lata.

O outro grande dono deste país — o Imperialismo, em particular o americano — controlava grande parte da indústria e o comércio do café, que constituía 60% do valor das exportações. Tudo isto o imperialismo americano perdeu. Por isso

e não só, procura desesperadamente montar o cerco à Etiópia progressista e independente.

GRANDES TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

— Fala-nos então das transformações registadas.

— Toda a terra foi nacionalizada em Março de 75 e entregue aos camponeses, até um máximo de 10 ha por família. Foi posto fim às relações de tipo feudal. Esta foi sem dúvida a medida mais transcendente da revolução e que ganhou para ela uma base social decisiva.

Foram criadas explorações estatais, foi encorajada a formação de cooperativas e fomentou-se a organização dos camponeses em associações, para pôr em prática a Reforma Agrária e defendê-la dos ataques desesperados dos feudais. As associações de camponeses, como aliás o movimento de massas em geral, sofreram um grande



impulso este ano e mobilizam já hoje 7 milhões de camponeses.

Outras medidas muito importantes já tinham sido tomadas, como a nacionalização da banca, dos seguros e outros importantes sectores económicos. Novas medidas de grande alcance se seguiram. Em Julho de 1975 foram nacionalizados os solos urbanos e todos os prédios de rendimento. Na cidade ninguém pode ser dono de mais do que uma habitação e as rendas foram diminuídas em muitos casos para metade.

Foram criadas Comissões de Moradores em todas as cidades, com poderes administrativos crescentes.

Foi estabelecido o horário de trabalho de 8 horas e férias para todos os trabalhadores. Procedeu-se a uma importante melhoria salarial. Foi instituída a liberdade sindical e em vez de duas organizações sindicais existentes, financiadas e controladas pelo imperialismo americano, os trabalhadores etíopes criaram a sua central sindical independente: a União dos Trabalhadores de Toda a Etiópia.

O ódio dos reacçãoários não se fez esperar e em Março deste ano o seu primeiro presidente Teodros Bekêle foi assassinado.

Em 1974 iniciou-se uma grande campanha de apoio às populações rurais com a ida para os campos de 60 mil estudantes, professores e militares para alfabetizar, dar apoio médico e sanitário, para construir escolas, estradas, postos médicos.

Mais recentemente e com o aprofundamento da Revolução, um importante esforço tem sido desenvolvido na organização das massas dando cumprimento ao programa da Revolução Democrática Nacional. Foi criado um órgão central para apoiar as organizações de massas. Entre as suas realizações está a criação de uma escola de quadros que já preparou 5 mil operários e camponeses.

— Falaste-nos do Programa da Revolução Democrática Nacional. Podes dizer-nos mais alguma coisa a seu respeito?

O Programa da Revolução Democrática Nacional enunciado em Abril de 76 representa um marco muito importante no processo revolucionário. Ele define o carácter da Revolução, precisa os objectivos a atingir e a via a seguir.

Tem interesse reproduzir alguns breves trechos seus. Na introdução afirma-se: «O objectivo da Revolução Democrática Nacional é libertar a Etiópia do jugo do feudalismo, do imperialismo e criar as bases para a transição para o socialismo». No primeiro capítulo refere-se como um objectivo «... estabelecer uma república democrática e popular onde sejam asseguradas a liberdade, igualdade, unidade e prosperidade de todos os povos etíopes...»

Sobre a questão nacional o Programa afirma: «É reconhecido e totalmente respeitado o direito à autodeterminação de todas as nacionalidades...» e especifica, em seguida, a via para a resolução da questão nacional defendendo a autonomia no plano económico, administrativo, cultural, linguístico e religioso, na base da luta contra o feudalismo e o imperialismo.

De acordo com estes princípios foi proposto um cessar fogo nas frentes de luta e uma resolução política dos problemas de carácter nacional.

INIMIGOS E AMIGOS

— O processo revolucionário etíope tem sido profundamente atacado o que não é de surpreender. Podes dar-nos alguns exemplos dessa realidade e dá forma como está a ser combatida?

— As revoluções que não sabem defender-se sucumbem às mãos dos seus inimigos. A revolução etíope tem-se sabido defender. Uma importante medida nesse sentido foi a criação este ano da milícia que já conta com 500 000 trabalhadores armados.

O avanço do processo revolucionário encontrou pela frente a resistência encarniçada dos feudais, da reacção interna apoiada pelo imperialismo (que contou com o contributo do esquerdismo).

Houve que tomar medidas severas contra o terrorismo contra-revolucionário, e em defesa das populações e do património público. O imperialismo defende hoje os principais edifícios e empresas de Adis-Abeba. Tomaram-se medidas contra a ingerência de organizações norte-americanas, tendo sido expulsas várias delas em Abril deste ano. O pessoal diplomático e de delegações militares foi reduzido de 2/3 para evitar o crescimento de ninhos de provocação (como acontecia em certos casos). São muitos os dirigentes revolucionários, alfabetizadores, camponeses pobres que ao procurarem fazer cumprir as leis aprovadas, foram assassinados pelos contra-revolucionários.

O imperialismo vendo a reacção sucessivamente derrotada no interior multiplica os seus esforços para agudizar todas as contradições legadas pelo passado, todos os conflitos e procura lançar contra a Etiópia os países vizinhos com o objectivo de derrotar a Revolução etíope. Por outro lado, o regime progressista da Etiópia conta com o apoio e a solidariedade das forças progressistas de todo o mundo, dos países socialistas, dos países progressistas de África, que desejam a paz tão necessária ao prosseguimento vitorioso da Revolução etíope.

Suíça: "paraíso" para quem?

A Imprensa da Itália, da Espanha, da Áustria, da Turquia, da Grécia e doutros países europeus acusa com frequência crescente a Suíça de agravar, com a exportação da sua mão-de-obra estrangeira, a situação económica, já de si extremamente difícil, daqueles países.

Viviam na Suíça, cuja população atinge 6,4 milhões de pessoas, até ao início da crise, para cima de um milhão de trabalhadores estrangeiros. A este número devem acrescentar-se algumas centenas de milhares de trabalhadores eventuais e ainda aqueles que, vivendo nos países vizinhos, atravessam todos os anos as fronteiras da Suíça para irem fazer os trabalhos mais pesados, mais perigosos e mais mal pagos.

Nos anos pós-guerra o governo suíço estimulou muito a imigração. Os industriais viviam então numa situação extremamente favorável. As empresas que a guerra não tinha destruído trabalhavam a toda a potência. As encomendas processavam-se sem interrupções, a mão-de-obra era insuficiente. A tendência para conseguir o lucro máximo num prazo minimamente curto levou ao início do processo de recrutamento maciço de mão-de-obra de fora das fronteiras do país.

Com as condições de vida e os direitos das centenas de milhares de trabalhadores estrangeiros não havia preocupações. A tão propagandeada «paz na frente do trabalho» era assegurada duma maneira muito simples: o empresário podia despedir qualquer trabalhador estrangeiro a qualquer momento. As tentativas dos estrangeiros de opor uma resistência organizada acabavam em prisões e na expulsão do país.

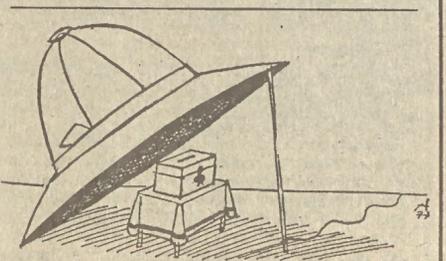
De ano para ano multiplicavam-se as tentativas de criar atritos entre os trabalhadores suíços e os trabalhadores estrangeiros. Aproveitando a situação de crise que atingiu todos os países estrangeiros, o grande capital começou a acusar os trabalhadores estrangeiros de serem os responsáveis pelo aumento do desemprego. «Mandem embora os estrangeiros, e tudo ficará em ordem!», «Os estrangeiros são os culpados de os cidadãos da Suíça não conseguirem encontrar trabalho», eram, entre outros, os títulos com que a Imprensa burguesa tratava os problemas de desemprego.

São perfeitamente significativas, a este propósito, as declarações do chefe do departamento da economia nacional da Suíça, Ernest Bruggler: «A perda de 300 mil postos de trabalho é uma sangria muito pesada para a Suíça. Poderia tornar a situação interna bastante perigosa caso não atingisse, como atingiu, em primeiro lugar a mão-de-obra estrangeira». O grande capital fez a seguinte proposta para a «niveleção do emprego»: o despedimento de cinco trabalhadores estrangeiros daria um posto de trabalho a um suíço. Mas trata-se de uma matemática falaciosa: muitas vezes o despedimento de estrangeiros não é mais do que o prelúdio para o encerramento de sectores de produção e mesmo de empresas após o que se vêem na rua os próprios cidadãos de origem do país. Por isso a política «em primeiro lugar, os estrangeiros» choca com uma condenação crescente por parte dos trabalhadores suíços. Eles expressaram claramente a sua posição perante tal política quando do recente referendo nacional sobre o problema dos trabalhadores estrangeiros.

Os partidos de direita, o movimento nacionalista e o movimento republicano apresentaram pela 3.ª vez desde 1970 numa votação nacional a exigência de se reduzir, por via legislativa, o número de trabalhadores estrangeiros na Suíça até 12 por cento da população total do país. Na prática isso significaria a expulsão de 260 mil trabalhadores. No entanto o povo decidiu manifestar-se contra o «apartheid» suíço. Mais de 70 por cento dos votos responderam «não» às exigências da direita.

Presas pelo fio imperialista, sustentáculo do colonialismo, as «eleições» na Rodésia seriam uma farsa ainda mais risível (se não fosse perigosa) do que as farsas eleitorais que o fascismo montava em Portugal.

De acordo com estes princípios foi proposto um cessar fogo nas frentes de luta e uma resolução política dos problemas de carácter nacional.



Presas pelo fio imperialista, sustentáculo do colonialismo, as «eleições» na Rodésia seriam uma farsa ainda mais risível (se não fosse perigosa) do que as farsas eleitorais que o fascismo montava em Portugal.

Países capitalistas: que liberdade?

Por muito intensa que seja a propaganda sobre a liberdade e a democracia pretensamente existente no «mundo livre», é difícil ocultar uma realidade que se traduz na liberdade de acção de que gozam as forças de direita e nas limitações à acção política dos comunistas e de outros democratas. Um dos aspectos desta limitação é um sistema de vigilância às pessoas que toma dimensões cada vez mais acentuadas.

USA — No quadro do «controlo de lealdade política», cerca de 160 milhões de pessoas estão nas fichas da FBI. Numa lista oficialmente confirmada registam-se cerca de 240 organizações «subversivas», cujos membros são sujeitos a perseguição legal.

França — Desde 1970, cerca de 10 milhões de pessoas têm ficha no computador dos serviços secretos, em particular pessoas de esquerda e socialistas.

RFA — As forças democráticas manifestam grande preocupação pela prática da delação e os inquéritos sobre opiniões políticas que se estão a tornar uma realidade crescente. O jornal sindical «Welt der Arbeit» escrevia a 27 de Agosto de 1976: «Os alunos do liceu Comenius de Dusseldorf, membros da organização de estudantes da CDU, praticam a espionagem em relação aos seus professores. Seguem atentamente os cursos e anotam tudo quanto lhes parece contrário ao regime. Estes jovens elaboram depois «dossiers» que enviam para o Centro de Protecção da Constituição».

Uma prova elucidativa desta ausência de liberdades políticas é a lei e a prática antidemocrática das interdições profissionais na RFA. O «Decreto da Conferência dos ministros sobre os princípios que devem ser aplicados aos funcionários dos serviços públicos hostis à Constituição» adoptado em Fevereiro de 1972, criou uma base «jurídica» de perseguição às forças progressistas. De acordo com as publicações oficiais, havia, no princípio de 1977, 3000 casos de interdições profissionais nos serviços públicos da RFA. Trata-se em primeiro lugar de professores, nomeadamente do ensino superior, de assistentes sociais, juristas, empregados no sector da saúde pública, dos serviços administrativos, e mesmo de maquiistas, e de outros sectores de actividade. A «fidelidade à Constituição» de mais de 800 000 pessoas foi controlada. Quer dizer que estas pessoas são espiadas diariamente.

GUINÉ-CABO VERDE: O CAMINHO DA LUTA

Comemoraram-se nestes últimos dias duas datas determinantes na História do povo da Guiné-Bissau: a fundação do PAIGC, em 19 de Setembro de 1956 e a proclamação da independência, a 24 de Setembro de 1973. Duas datas que abriram o caminho para a actividade criadora de construção e unificação do país, que se processa neste momento na Guiné-Bissau.

Na batalha pela independência, pela unidade e o desenvolvimento do país — lema do III Congresso do PAIGC — destacam-se os trabalhos preparatórios do próprio Congresso, cuja importância foi mais uma vez realçada pelo camarada Luiz Cabral, Presidente da República da Guiné-Bissau, num improvisto pronunciado na cerimónia de encerramento do Seminário de Formação Política que se realizou no quadro da organização do III Congresso do PAIGC.

«Criámos já órgãos, tanto a nível da Assembleia como entre Governos, aquela Conferência

Inter-Governamental que reuniu recentemente, em Bissau. Vamos criando bases ao nível da nossa estrutura económica, social e cultural para marcharmos para essa Unidade — destacou o camarada Luiz Cabral, referindo-se ao processo de unificação entre a Guiné e Cabo Verde — A Guiné e Cabo Verde podem fazer um desenvolvimento económico complementar. Podemos criar coisas em cada um dos Estados, que sirvam os interesses dos dois povos.

«Na Guiné somos um povo de menos de um milhão de habitantes e em Cabo Verde são trezentos mil. Um mercado, quanto maior, mais possibilidades tem de se desenvolver. Vamos criar unidades económicas contando com um mercado de menos de um milhão e trezentos mil habitantes que são as populações da Guiné e Cabo Verde.

«Quanto ao ensino, vamos criar o ensino universitário, com algumas faculdades na Guiné e outras em Cabo Verde. Criámos também uma

companhia de navegação mista, a NAVICAVE. Os nossos dois países poderão ter uma vocação marítima e criar uma grande frota de marinha mercante, que trabalhará em toda a África Ocidental, desde a Mauritânia até Luanda.

«Também vamos criar uma companhia aérea mista. O caminho do desenvolvimento é bastante duro. Durante a luta armada fazia-se um plano hoje, atacava-se amanhã e víamos os resultados à noite. No desenvolvimento não é assim. Os resultados só aparecem depois de alguns anos de executado o trabalho.

Cabral esboçou assim as dificuldades da luta presente pela construção e desenvolvimento do país, os passos dados na unificação entre a Guiné e Cabo Verde.

Como em Setembro de 56 e de 73, também em Setembro de 77, o povo da Guiné e de Cabo Verde dá novos passos no caminho de luta e de unidade. Hoje numa frente diferente, mais avançada mas não menos difícil: a batalha da construção.

MOÇAMBIQUE: 13 ANOS DEPOIS DO LEVANTAMENTO ARMADO

«Nos próximos meses, milhões de moçambicanos e moçambicanas designarão em eleições livres, através do sufrágio universal, os deputados às Assembleias de Localidade, Assembleias Distritais, Assembleias Provinciais, Assembleias de Cidade e Assembleia Popular» — com este objectivo reuniu-se a 28 de Agosto a II Sessão do Comité Central da FRELIMO.

Resaltando a importância desta sessão do Comité Central do Partido, o camarada Samora Machel afirmou: «a criação das Assembleias do Povo constitui um passo decisivo e histórico para a consolidação da nossa Revolução. Saibamos assumir a importância deste momento exaltante em que levamos avante o combate pela vitória do socialismo, fazendo do país inteiro uma zona libertada».

Treze anos depois do início da insurreição armada (25 de Setembro de 1964) é já possível falar-se, em Moçambique, de progressos no caminho rumo ao socialismo. Pela mobilização popular e sua profunda intervenção em todo o processo de transformação do país. Pelos passos que estão a ser dados nos diversos sectores da vida nacional, no campo económico, social e político, incluindo o processo de organização do Partido de Vanguarda.

Procede-se à implantação dos Conselhos de Produção, embrião da organização democrática dos trabalhadores.

Trabalha-se arduamente na edificação do Aparelho de Estado de direcção da economia.

A nacionalização da

SONAP — SONAREP e a criação de empresas estatais em vários sectores de actividade contribuem para reforçar o papel dirigente do Estado na economia e provocar a ruptura com o imperialismo.

O alargamento da acção da Comissão de Abastecimentos às Provincias e a participação popular no controlo da venda de produtos e na detecção dos especuladores e acambarcadores são factores que favorecem a superação na crise nos abastecimentos.

Na linha de evolução de um processo iniciado com a luta contra o colonialismo, lançam-se hoje as bases do poder popular em Moçambique.

Superando a herança colonial, Moçambique abre hoje as portas do futuro.

«Promoção das Conquistas de Abril»

LEITORES EXPLICAM AS RAZÕES QUE OS LEVARAM A ADERIR AO PCP

No âmbito da campanha «Promoção das Conquistas de Abril», apelámos recentemente nestas páginas a todas as organizações do Partido no sentido de nos enviarem relatos e testemunhos das adesões que começaram já. Muitos milhares de novos militantes vão ingressar nas fileiras do Partido e lutar a nosso lado por uma vida melhor e mais justa.

Sublinhámos também a importância que a Festa do «Avante!» — que foi vivida com entusiasmo por tantos milhares de pessoas — tinha no sentido de proporcionar uma ampla visão do Partido e das suas perspectivas a nível nacional e internacional, constituindo por assim dizer uma imagem da realidade do PCP, de um partido aberto a novos camaradas, ligado ao povo e voltado para o futuro.

É com prazer que registamos as primeiras respostas ao apelo que lançámos. Das cartas que nos chegaram seleccionámos as três que se seguem. E esperamos mais, muitas mais, que esclareçam das razões que novos camaradas encontraram para agora se organizarem connosco.

«EU NÃO PODIA FICAR AO LADO»

Camaradas: É a primeira vez que escrevo para um jornal e não é por acaso que escrevo para o «Avante!». Sou operário fabril, moro e trabalho no Barreiro, conheço o «Avante!» desde miúdo. Nunca o li regularmente mas lembro-me muito bem dele no tempo do fascismo, em que, às vezes, me passavam um exemplar. Sempre lutei ao lado dos comunistas, sabendo que era o Partido que dirigia as lutas, mas nunca fui recrutado para o Partido. Talvez fosse por isso que, quando chegou o 25 de Abril, eu não fui inscrever-me no Partido, achei que não precisavam de mim e cá fui andando, como simpatizante, a ajudar no que podia. Como simpatizante ajudei o PCP, votei no PCP, trabalhei sempre ao lado dos comunistas. Há pouco tempo houve uns camaradas da secção onde trabalho que me perguntaram se eu queria aderir. Respondi-lhes que logo se via e pensava nessa altura que não era desta.

Camaradas: Esta carta já vai longa sem eu dizer o que queria dizer, mas achei que devia explicar as coisas desde o princípio. Este ano fui à Festa do «Avante!». No ano passado não tive oportunidade porque estava com a família, de férias, na terra da minha mulher. Se

calhar, se tivesse ido à Festa do ano passado, já tinha escrito esta carta há um ano. Este ano fui lá, estive no Campo do Jamor e inscrevi-me no Partido, e é por isso que estou a escrever esta carta

que, se os camaradas quiserem podem publicar. Podem mesmo dizer que, se me inscrevi agora, foi porque estive lá na Festa. Vi o país todo e vi o trabalho dos comunistas, vi muita gente que



extraordinários dias vividos ali no Vale do Jamor.

Esta foi a primeira vez que assisti na minha vida a um empreendimento de tal envergadura mas também de tanta fraternidade. No ano passado não me pude deslocar à FIL por me encontrar em férias no estrangeiro, mas este ano, logo que soube quando se realizava a Festa programei a minha vida para poder estar presente.

Sou um trabalhador bancário e, desde sempre, mesmo antes do 25 de Abril, me preocupava com os problemas políticos e sociais do nosso país, embora até ao presente momento nunca me tenha metido directamente na actividade política. Claro que participei em

todos os actos eleitorais ocorridos desde o 25 de Abril e posso dizer-vos que, nas primeiras eleições, votei no PS, convencido de que havia mais alternativas de esquerda do que a apresentada pelo PCP. Depressa fui um dos muitos milhares de trabalhadores portugueses que verificaram ser um equívoco votar no PS. Abstive-me, por estar desencantado, nas restantes eleições. Até que, em Dezembro, achei que devia contribuir para haver, no meu bairro, um poder local democrático e por isso, votei na FEPU.

Devo confessar que nunca fui um leitor assíduo do vosso jornal, apenas ocasionalmente o folheava quando algum companheiro de trabalho o deixava «esquecido» em cima da minha secretária. Até que tomei conhecimento da realização da Conferência Económica.

A partir dessa altura comecei a ser um leitor assíduo do «Avante!», procurando a resposta dos comunistas para a crise em que o país está mergulhado.

A minha falta de militância política — reconheço-o agora — deve-se tão só à malhada inércia que nos injectaram durante 48 anos. Mas a Festa do «Avante!» constituiu, para mim — e estou certo que para muitos milhares de trabalhadores — um poderoso antídoto.

Nesses três dias de Festa não parei, percorri todos os cantos dessa bela cidade do Vale do Jamor, visitei praticamente todos os «stands».

E quando, ao fim de três dias cheguei a casa, descansando uns momentos, dei comigo a pensar no tremendo esforço voluntário dos trabalhadores comunistas em erguerem aquela maravilhosa, e espantosa alegria e ordem que ali reinaram durante três dias. E disse para mim: «Este é o meu Partido!».

Queridos camaradas — pois já vos posso tratar assim — obrigado por me terdes dado a oportunidade de me desinfectar. Já preenchi a ficha de inscrição e podem crer que, para o ano, lá estarei no Vale do Jamor ou noutro lado qualquer a preparar ombro a ombro convosco aquela espantosa cidade. Para isso irei programar as minhas férias para essa altura e as minhas férias serão ali, onde a Festa do «Avante!» estiver a ser erguida.

Saudações comunistas
Um trabalhador
bancário de Lisboa



Na Chamusca

A CONSTRUÇÃO DO CT É UMA PROVA A VENCER

Deparando com dificuldades de toda a ordem para poderem alugar uma casa que servisse para instalar o novo Centro de Trabalho do Partido, os

camaradas da Chamusca optaram pela compra de um velho edifício, a qual se tornou possível através de empréstimos de militantes e simpatizantes.

Mas o edifício em si, muito embora fosse o mais importante, não era o suficiente. Impunham-se obras de reparação e remodelação na velha casa.

De imediato elas começaram a, para fazerem face às despesas e ao pagamento dos empréstimos, os camaradas da Chamusca promoveram diversas iniciativas. Numa angariou-se dinheiro, noutras contou-se com o trabalho voluntário e a oferta de material, e assim o trabalho vai avançando, ganhando o edifício um novo aspecto.

Com a participação de militantes, simpatizantes e amigos do Partido, têm sido várias as ofertas em dinheiro e a venda de rifas, bem como

as ofertas de materiais, nomeadamente sacos de cimento, pregos, tinta, um autoclismo, toros de pinheiro, varas de tubo e ainda o trabalho voluntário de um pedreiro, que ofereceu oito dias de trabalho, e de mais dois pedreiros e dois carpinteiros que ofereceram um dia de trabalho cada.

Muito embora os camaradas não poupem os seus momentos de descanso para tornarem funcional o seu Centro de Trabalho, muito há ainda para fazer e outras despesas serão inevitáveis.

Mas os comunistas da Chamusca estão certos de vencerem esta prova. Contando com o seu esforço, conhecem também a importância da solidariedade de todos os outros trabalhadores. Através das páginas do «Avante!» aqui deixam o apelo para os que quiserem contribuir para a concretização da sua tarefa.



A FESTA DO «HUMANITÉ» SOB O TEMA DAS REGIÕES

A Festa do «Humanité», este ano sob o tema das regiões francesas renovou a excepcional importância política que sempre tem assinalado a sua história nos últimos quarenta anos. Erguida perto de Paris, no parque paisagístico da Courmeuve, a Festa do órgão central do partido francês, sob o tema das regiões francesas, todos os trabalhadores e o seu partido, o PCF, não querem para a França um governo à Mário Soares.

Desde os países socialistas, todos representados com relevo para a União Soviética e a RDA, que além dos «stands» dos respectivos órgãos centrais, dispunham de imensos pavilhões para venda de artigos de grande qualidade de produção socialista, até ao pavilhão dos emigrantes portugueses, frequentadíssimo pelos apreciadores nacionais e estrangeiros da sardinha na brasa, passando pelos conjuntos musicais e artísticos de toda a espécie e de várias nacionalidades, incluindo uma representação do Bolshoi de Moscovo, de tudo houve na Festa do «Humanité», desde o livro ao prato regional da cozinha francesa, desde

o «jazz» à canção de luta, desde Moloudji a Miriam Makeba, desde o colóquio político ao baile popular, desde a pequena sessão de esclarecimento em que o delegado do «Avante!» teve oportunidade de participar no «stand» da Associação de Amizade França-Portugal, até à marcha que os jovens trabalhadores iniciaram na própria Festa, contra o desemprego, e que terminará no próximo dia 25 em Estrasburgo.

Com 9300 adesões ao PCF e com um apelo bem marcado ao seu partido, na véspera da cimeira da esquerda para a actualização do Programa Comum, os camaradas franceses, cuja Festa decorria nos mesmos dias que a nossa, demonstraram claramente ao delegado do «Avante!» o apreço em que têm o grande êxito da nossa Festa, o trabalho e luta dos comunistas portugueses que souberam mostrar no Jamor, como já haviam mostrado na FIL, a força imensa dos trabalhadores organizados à volta do seu Partido para a defesa das conquistas imprescindíveis ao avanço da democracia na via do socialismo.

A.L.

Presente o «Avante!», através do seu delegado oficial, e de um «stand» dos mais concorridos da Festa, pôde verificar, durante dois dias e quase duas noites (10 e 11 do corrente) em todos os locais da Festa, falando com visitantes de todas as idades, como continua intenso, em França, o interesse pela situação política em Portugal e como se manifesta, sem papas na língua, o repúdio pela actualização do Governo de Mário Soares.

Num discurso firme, mas aberto ao diálogo,

o camarada Marcelino José Dias, de 48 anos, funcionário bancário no Mercado Municipal daquela localidade. Este militante comunista, cuja vida constitui um abnegado exemplo para todos os verdadeiros revolucionários, já era membro do PCP na clandestinidade, e fazia parte, desde o 25 de Abril, da Comissão Concelhia de Lagos do Partido.

No funeral incorporaram-se, além dos familiares, muitos amigos e camaradas.

MANUEL FERREIRA

Após prolongada doença faleceu no sanatório do Caramulo, onde estava internado, o camarada Manuel Ferreira, electricista, de 60 anos de idade.

Na sua luta contra a repressão fascista sofreu durante vários anos a clausura nas prisões.

ANTÓNIO JOAQUIM PINTO FERREIRO

Vitimado por doença, faleceu o camarada António Joaquim Pinto Ferreira, de 51 anos, casado, residente no Bairro das Campinas, no Porto. Este metalúrgico comunista trabalhava na «Alumínia», pertencia ao secretariado da célula de empresa e participou nas lutas travadas naquela unidade fabril contra a exploração capitalista e por melhores condições de vida.

Às famílias e aos companheiros dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todos os camaradas, apresenta sentidas condolências.



JORNALISTAS SOVIÉTICOS COM REDACTORES DO «AVANTE!»

Encontra-se em visita de turismo no nosso país um grupo de duas dezenas de jornalistas soviéticos, pertencentes a outros tantos jornais, revistas, estações de rádio e TV de diversas nacionalidades integradas na URSS.

No Centro de Trabalho Vitória, os camaradas soviéticos tiveram um encontro informal com uma delegação

da redacção do «Avante!», de que faziam parte Ruben de Carvalho, chefe da redacção, Fernando Correia, subchefe da redacção, Albano Lima, Helena Neves e Anabela Fino.

No decorrer do encontro, e depois do camarada Ruben de Carvalho ter feito uma curta exposição sobre a história do nosso jornal, os camaradas soviéticos manifestaram interesse em conhecer

diversos aspectos relacionados com o trabalho e as actividades do órgão central do PCP, assim como pormenores acerca da recente Festa do «Avante!».

No final do encontro foram trocadas saudações e sublinhando o significado destas iniciativas para o reforço dos laços de amizade entre os jornalistas comunistas dos dois países.

Carta de um amigo

«NÃO ACHO PALAVRAS QUE POSSAM EXPRESSAR A MINHA ADMIRAÇÃO»

Sr. director: Permite-me que lhe tome algum tempo e espaço no jornal que tão dignamente dirige. Peço também que me desculpe o ter tomado a liberdade de lhe escrever.

Antes, porém, de entrar no assunto que me leva a escrever-lhe, devo dizer-lhe que não sou militante do PCP, embora as minhas opções políticas estejam muito próximas das que os comunistas defendem. Contudo, digo que se fosse mais novo seria com certeza um dos dez mil que irão com certeza aumentar o Partido, conforme campanha em curso.

Entrando no principal assunto que me levou a escrever, ou seja (a grande Festa do «Avante!») devo-lhe dizer que me impressionou tanto que não acho palavras que possam exprimir a minha admiração por tudo o que vi naquela pequena cidade do Jamor, construída em tão pouco tempo.

Só o esforço e grande vontade de vencer poderia fazer aquele milagre (se é que há milagres) e nesse sentido a grande família comunista leva a palma a todas as outras opções políticas. E se fosse descrever tudo que senti dentro daquele belo recinto de festa não teria com certeza o vosso jornal espaço para isso. Quero, porém, saudar muito calorosamente aqueles grupos de Pioneiros e quem tão inteligentemente os dirige e que tanto me impressionaram (talvez porque tenho um grande amor às crianças) e muito especialmente os Pioneiros de Vila Real de Santo António, que conseguiram arrasar-me os olhos de lágrimas; é que a miúda que fazia a apresentação do grupo é simplesmente extraordinária e aquele hino, ou poema, como quiserem, que dedicou à sua bandeira, arrasou-me os nervos e enviei-lhe, portanto, um grande abraço, fazendo votos para que na longa vida que tem à sua frente defenda sempre com o mesmo calor a bandeira que afinal nós tanto amamos.

Senhor director: Não queria terminar sem agradecer a si e a todos que trabalham nesse grande jornal, assim como a todos que com a sua força de vontade e com o seu trabalho contribuíram para nos proporcionar, a mim e a muitos milhares de portugueses, a grande alegria que tivemos em comunicar com tantos camaradas. É que o ambiente que ali se vivia era tão agradável e comunicativo que nos sentíamos todos em família. Por toda a parte se via gente a dançar e a cantar, a cada passo se viam pequenos grupos alentejanos a cantar as suas tão harmoniosas canções que eu tanto adoro.

Enfim, dois dias e duas noites que jamais esquecerei.

Por isso, senhor director, um grande muito obrigado a todos que contribuíram para esses inolvidáveis dias de convívio que vivemos todos os que lutam por uma sociedade melhor e mais justa.

Barreiro, 12 de Setembro de 1977

Manuel Parreira Torres

CAMARADAS FALECIDOS

O MARN PERDE UM DIRIGENTE O POVO PERDE UM LUTADOR

Morreu subitamente, electrocutado, em Vila Boa de S. João, o nosso camarada Aurélio Alves Campinho, membro da direcção do Movimento de Agricultores Rendelros do Norte, MARN, elemento da Assembleia Municipal e da comissão concelhia do PCP. A morte sucedeu quando Aurélio Campinho procedia ao arranjo de um motor de rega.

Apenas com 37 anos, este camarada que da vida c o n h e c e u apenas o trabalho árduo pela sobrevivência da sua família (deixa quatro filhos menores), e a luta por uma vida melhor nos campos, foi um combatente contra o caciquismo que na região

SORTEIOS

Damos hoje os resultados de alguns sorteios realizados durante a Festa do «Avante!» ou com ela directamente relacionados.

Assim, o emblema de ouro do PCP sorteado pelo Organismo de Seguros coube ao n.º 1772.

O frigorífico exposto no «stand» da Indústria Automóvel, de Setúbal, saiu ao n.º 3909.

A máquina fotográfica para instantâneos a cores, sorteada pelo Centro de Trabalho da Amedora, premiou a rifa n.º 1884.

O sorteio do Ardina do «Avante!», organizado pela Freguesia de Camarate coube ao n.º 0950.

Entretanto, informamos que a toalha de renda sorteada pelo Comité Local do Zambujal (Loures), saiu ao n.º 591, pertença de Manuel José Biléu, de Mora.

pretende atar no medo as mãos dos que como ele são as forças de transformação deste País. Sob o seu impulso, organizou-se a Liga dos Agricultores Rendelros do concelho, da qual era dirigente, com o seu contributo realizaram-se dezenas de reuniões de rendelros nas quais participou em defesa da Lei do Arrendamento Rural. A população que admirava nele a coragem e a perseverança (tanto que apesar do clima geral de intimidção que ali se vive, nas últimas eleições para as autarquias locais foi eleito para a Assembleia Municipal integrado na lista da FEPU), não deixará que a sua memória se apague mesmo que os caciques locais, os reacçãoários de diversas roupagens o tentem.

Pelo que foi a sua vida, o camarada Aurélio só poderia desejar que de si se lembrem como um homem que lutou pela melhoria da sorte dos seus irmãos de classe, por um futuro melhor para o seu País, como um homem que chamou outros à luta.

A família e a todos os rendelros da região e ao MARN, a redacção do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar perante a morte deste camarada cujo exemplo deve continuar a mobilizar mais e mais pequenos e médios agricultores ao combate no qual Aurélio Campinho empenhou tantas das suas forças.

MARCELINO JOSÉ DIAS

Vítima de um ataque cardíaco, faleceu, quando regressava a Lagos, vindo da Festa do «Avante!».